

EXP. DATA - 1974

(415) AVENÇA

Biblioteca Municipal Central

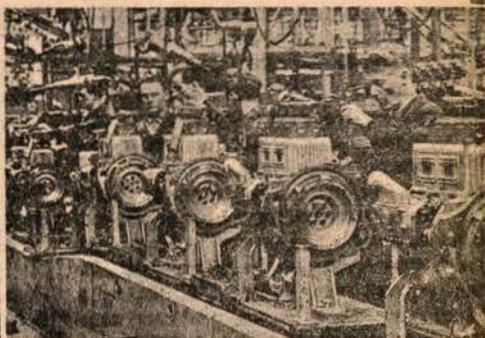
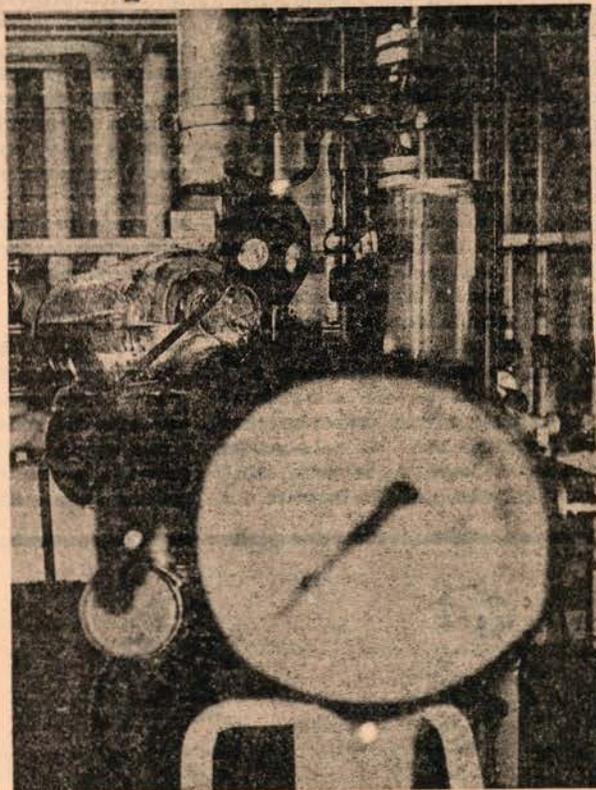
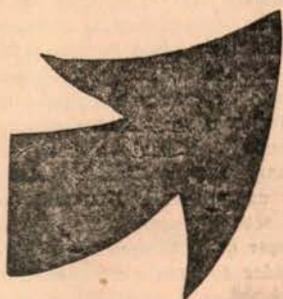
21. MAI 1974 LISBOA-1



comércio do funchal

SEMANARIO — de 16 a 22 de Maio, 1974 — IV série n.º 2249
PREÇO: MADEIRA 4\$00 — CONTINENTE e AÇORES 5\$00
director e proprietário: João Carlos da Veiga Pestana □
red. e adm.: rua do Carmo, 23-2.º — Funchal - Madeira — Telf. 2 88 33
composição e impressão: Tipografia Minerva, rua dos Netos, 20

PORTUGAL: E AGORA?



No dossier
desta semana
um texto
de André Gorz:

O TRABALHO ALIENADO

3-5/2

Governo provisório de quem?

Não é retirando a iniciativa às massas populares mas sim apoiando essas iniciativas que elas ficam mais preparadas para destruir o fascismo ainda existente a diversos níveis e para adquirir a confiança para suportarem grandes sacrifícios para não deixarem um Pinochet cá do sítio retirar as próprias liberdades sindicais e políticas que agora conquistaram.

O evoluir dos acontecimentos políticos nestas poucas semanas desde o 25 de Abril tem clarificado a interrogação que se punha sobre a natureza de classe do movimento.

O lote de grandes burgueses cujas opiniões sobre o 25 de Abril são positivas (1), mostra como a liberalização do fascismo era desejada pelo grande capital, ou pelo menos por parte bem significativa desse grande capital. Champalimaud apresentou as reivindicações (talvez por ser o menos comprometido com o governo de Caetano) de liberdade para a banca, indústria e comércio, «para que os homens do trabalho possam assim manifestar as virtualidades da iniciativa privada, sem a qual não pode haver verdadeira liberdade». (segundo o número referido do «Expresso»)

A indicação das personalidades mais prováveis para o governo provisório mais luz vem ainda lançar sobre a questão inicial, embora coloque outras também importantes. Efectivamente, houve jornais a publicarem comentários sobre as dificuldades de escolha do primeiro-ministro, dado que deveria recair sobre uma personalidade com relativa independência e aceitação. Adelino da Palma Carlos, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, conhecido nos meios juristas internacionais tem posições em inúmeras empresas importantes como presidente da mesa da assembleia geral (Petroquímica, Fornos Eléctricos, p.ex.) e é presidente do conselho de administração da C.R.G.E. e de

uma companhia estrangeira com interesses em Moçambique, no sector de combustíveis. Daí que a sua independência, deva ser talvez a de não filiação em nenhum partido, pois não há dúvida de ser um homem da confiança do capital. Vasco Vieira de Almeida é o gestor de um grupo económico importante (Bulhosa) no sector da finança (Crédito Predial-Português, Lissabon Bank, Banque Franco-Portugais d'Outremer, Sonacin) e do petróleo (SONAP, SONAREP). Salgado Zenha, embora defensor gracioso em muitos processos políticos, foi muito falado como advogado de Champalimaud.

Uma aliança esquisita?

Mais do que sobre outras individualidades conhecidas pelas suas posições liberais, as atenções viram-se primordialmente sobre a participação de dois membros do partido cunhalista no governo provisório. Poderá haver ainda operários com a ilusão de que o partido de Alvaro Cunhal defende os interesses da classe operária; que está no governo para garantir as liberdades democráticas para a classe operária; que é a melhor garantia para a independência dos povos das colónias.

Mas os interesses dos burgueses e os dos operários são ou não antagónicos? Os operários são apenas explorados pelos patrões fascistas e não o são pelos patrões democratas de longa ou de curta data? A melhor garantia contra o fascismo é a

unidade da classe operária com os patrões honestos?

É o grande logro da propaganda revisionista de Cunhal. Em vez de uma visão de classe, de uma visão proletária do mundo, propaga uma visão de concórdia nacional anti-fascista. É sob a ideologia de Cunhal, que há operários a agirem em torno de contradições secundárias, exigindo o afastamento de administradores fascistas (Amílcar Marques, Eustácio Marques e Baião na Siderurgia Nacional), o que não lhes retira a posse do capital e quase a esquecer que Champalimaud também é explorador do povo e maior do que os outros.

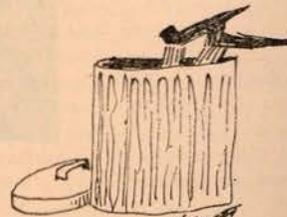
Será estranho vermos membros do partido de Cunhal ao lado de grandes burgueses, num governo democrático burguês? Desde 1963 que os anti-revisionistas, sob a óptica do marxismo-leninismo vêm dizendo que o partido de Alvaro Cunhal é um partido burguês para a classe operária, que haveria de chegar o momento em que o proletariado, o campesinato e outros trabalhadores o veriam do outro lado da barreira.

Questão de princípio ou política do possível?

Para o proletariado o direito dos povos à autodeterminação e à independência, à separação das colónias do país colonizador é uma questão de princípio. Para os burgueses, a guerra colonial é um problema que com vistas mais curtas ou mais largas,



1



2



M.E.S.: «O SISTEMA CAPITALISTA CONTINUA»

Num comunicado distribuído aos órgãos de informação em meados da semana passada a Comissão Organizadora do Movimento de Esquerda Socialista assinalava que «se o regime fascista caiu, o sistema capitalista continua. Nem todas as formas de repressão foram abolidas, a exploração dos trabalhadores mantém-se e a guerra colonial ainda não acabou».

Em relação a esta última questão o comunicado refere que «o M.E.S. apoia os movimentos de libertação, denunciará a guerra e a exploração colonial ou neo-colonial em todos os aspectos e sob todas as formas, bater-se-á para que não haja mais embarques e pelo regresso dos soldados e contribuirá com todas as suas forças para o esclarecimento da posição dos movimentos de libertação e dos avanços alcançados pelos povos das colónias nessa luta».

Noutro passo daquele comunicado lê-se: «Temos de construir uma sociedade socialista, ou seja uma sociedade onde a direcção política não possa ser instrumento de dominação sobre os trabalhadores; uma sociedade na qual os trabalhadores detenham o controle dos meios de produção e na qual a produção vise a satisfação das necessidades de todos e não as várias formas que o lucro possa assumir; uma sociedade onde a cultura seja construída por órgãos colectivos de criação e gestão e não seja mercadoria consumida no interesse de meia dúzia de privilegiados».

«NÃO É O POVO QUE ESTÁ NO PODER»

Como se esperava também as organizações estudantis tomaram posição relativamente aos acontecimentos do 25 de Abril. Assim numa «Proclamação dos Estu-

se, insere na contabilidade dos ganhos e lucros. A coragem, a perseverança, o espírito combativo dos guerrilheiros guineenses, moçambicanos e angolanos, há mais de 10 anos combatendo contra um adversário com potencial bélico superior, e não só não sendo derrotados como conseguindo vitórias significativas quer no campo militar quer no diplomático, tornaram insustentável para a burguesia a manutenção de uma guerra colonial. Mas, os burgueses vão procurar soluções que não são soluções, pois visam a continuidade da exploração dos povos coloniais. Os movimentos de libertação são claros: aceitam negociações na base do reconhecimento à independência completa. E esta a condição para uma paz com Portugal, para o regresso dos soldados desejado pelo povo português.

O Partido de Cunhal declara-se a favor da independência das colónias e do reconhecimento por Portugal da República da Guiné-Bissau como Estado independente. Mas sobre uma questão de princípio como é esta, quais as garantias que obteve dos outros partidos que participam no governo provisório? Declarar uma questão de princípio em termos correctos, mas fazer a política do possível, não é uma posição de consequência proletária, é um oportunismo descarado.

Consolidar as liberdades adquiridas

Mais honesta é, por exemplo, a posição de Miller Guerra. Não é comunista nem pretende sê-lo, muito longe disso. Mas sacrificou a «grande satisfação com que participaria num governo provisório», (2) a um ponto importante — a posição quanto às colónias — devido à divergência de critérios quanto ao fim da guerra colonial. «Para mim parece-me que o estabelecimento de negociações e o cessar-fogo é um ponto fundamental» (2) e não se acha satisfeito com o programa do PPD (social-democrata) quanto às colónias (o programa do PPD é de apoio incondicional ao programa do Movimento das Forças Armadas).

Não dizemos aos operários para apoiarem Miller Guerra por esta razão, só que-

remos mostrar como Cunhal é oportunista...

Há um ponto em que as correntes de extrema-esquerda parecem estar de acordo com a coligação Soares-Cunhal: a consolidação das liberdades adquiridas.

Porém, rapidamente vemos que não é assim. Para o partido de Cunhal, as massas devem manter-se sossegadas. As tentativas de massas populares de destruírem o fascismo a outros níveis (ocupações de Câmaras Municipais, por exemplo) foram desaconselhadas pelos revisionistas como fazendo o jogo da extrema-direita. Aliás, é frequente este lançar poeira sobre os olhos, pondo a extrema-esquerda e a extrema-direita no mesmo saco («objectivamente» como eles dizem). Cunhal só esquece que a extrema-esquerda está de facto à sua esquerda, mesmo que neste momento não tenha do seu lado a maioria da classe operária e dos trabalhadores. Mas o que o atemoriza é que o venha a ter.

Sabemos toda a propaganda que o Partido de Cunhal fez da Unidade Popular de Allende. Também sabemos o que foi o fim de Allende e o que Pinochet significou para o povo chileno. Pois não queremos um governo provisório mais ou menos allendista. Não é retirando a iniciativa às massas populares mas sim apoiando essas iniciativas que elas ficam mais preparadas para destruir o fascismo ainda existente a diversos níveis e para adquirirem a confiança para suportarem grandes sacrifícios para não deixarem um Pinochet cá do sítio retirar as próprias liberdades sindicais e políticas que agora conquistaram.

FREDERICO SOUSA □

(1) Ver «Expresso», 4 Maio 1974, p. 16: António Champalimaud, Miguel Quina, Manuel Ricardo Espírito Santo Silva, Abel Pinheiro, irmãos Mellos, Jorge de Brito, Carvalho Fernandes (ITT), Nobre da Costa (Sacor), Correia de Oliveira (ex-ministro de Salazar e presidente do conselho de administração do Banco Fonsecas & Burnay) e Domingos Megre (um dos maiores industriais de cerâmica, candidato pela oposição em 1969).

(2) In «Canal da Crítica» do «Diário de Lisboa» de 9 Maio 1974.

dantes de Lisboa ao Povo Português» os seus autores que se podem agrupar numa tendência marxista-leninista assinalam: «O que se passou há escassos dias foi que um sector da burguesia, constituído pela oficialagem do Exército colonial-fascista, uma clique militar, desencadeou um golpe de Estado contra outro sector da burguesia: a camarilha marcelista.

«Não é o Povo que está no Poder e o Povo sabe-o. Não foi o Povo em armas que derrubou a classe dos capitalistas — ela mantém-se. O Povo não destruiu até à sua última peça o aparelho de Estado burguês, fascista: para isso o Povo teria de ter feito a Revolução Popular armada. Porque se assim fosse os parasitas da G.N.R., da P.S.P., a oficialagem que vive também à custa do Povo, toda a burocracia etc., tinha deixado de existir».

Mais adiante referindo-se à guerra colonial escrevem: «Se fosse o Povo que tivesse derrubado o Estado fascista e instituído o Estado da Democracia Popular, já o Povo tinha decretado o regresso imediato dos soldados e marinheiros da criminosa e injusta Guerra Colonial imperialista e proclamado a Separação e Completa Independência para os Povos oprimidos das Colónias — justo e sagrado direito e verdadeiro caminho para conquistar a Paz».

«PERANTE UMA SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL»

Num comunicado recentemente divulgado três organizações ibéricas marxistas revolucionárias: a Liga Comunista Internacional, a União Operária Revolucionária e a Liga Comunista Revolucionária consideram que o golpe militar de 25 de Abril se verificou porque «perante uma situação que ameaçava tornar-se insustentável, um sector da burguesia, através do seu exército, derrubou o regime fascista incapaz de conter o movimento de massas em Portugal e nas colónias». E acrescentam: «O seu objectivo era o de preservar a sua dominação económica e política de classe em Portugal e nas colónias».

Aquelas organizações afirmam ainda: «Nenhum pacto, nenhuma

aliança com a ditadura franquista Portugal deve ser uma base de apoio aos revolucionários espanhóis».

«SÓ PELA REVOLUÇÃO POPULAR»

A contrastar com o apoio incondicional e acrítico que as organizações reformistas concedem ao movimento das Forças Armadas, os grupos de extrema-esquerda definem claramente a sua posição perante esta questão afirmando que a restituição das liberdades cívicas ora operada não altera substancialmente a situação dos trabalhadores. Partindo dessa constatação a Organização Comunista Marxista-Leninista portuguesa (o Grito do Povo) considera que só «unidos contra o capitalismo, os trabalhadores organizados acabarão com a velha sociedade para construir uma nova: a Democracia Popular, em que haja liberdade para o Povo e Ditadura sobre os inimigos do Povo, uma sociedade de progresso e respeito pelo trabalho, mantida pelo trabalho e pela força do Povo ao serviço da maioria e contra a minoria parasita e reaccionária».

E adianta: «Só pela Revolução Popular todos os trabalhadores se libertarão da miséria, da opressão e da guerra».

Por seu lado o Partido Comunista de Portugal, também marxista-leninista, depois de referir que são cinco as «reivindicações inscritas na bandeira vermelha da Revolução Popular» — Liberdade! Paz! Pão! Terra! Independência! — afirma que o povo português «só alcançará plenamente» aqueles objectivos «quando de armas na mão, derrubar o poder dos monopólios».

Reportando-se às declarações do General Spínola de que o movimento das Forças Armadas através da Junta de Salvação Nacional «assume o compromisso» de «garantir a sobrevivência da Nação como pátria soberana no seu todo pluricontinental» o P.C. de P. num manifesto distribuído pergunta: «Que outra coisa se poderia esperar dum Movimento de capitães que nos seus documentos apontam como modelos que desejaríamos que o exército colonial pudesse imitar os exércitos de Israel, dos E.U.A. e de Inglaterra — nada menos do que os carniceiros dos povos da Palestina, do Vietname e da Irlanda?»

A INICIATIVA PARA AS MASSAS

«As massas populares competem tomar a iniciativa e só elas poderão definir os seus verdadeiros interesses, os seus objectivos, a sua luta. Se alguém instalado o fizer por elas, ou se pretender, sem mais, atribuir-lhes determinada orientação, estará uma vez mais falseada a genuidade do processo político e a possibilidade de forjar, a partir das únicas realidades humanas que contam o destino colectivo» — do depoimento concedido ao «Expresso» e à «República» pelo advogado Dr. Jorge Sampaio candidato a deputado pela CDE em 1969 e membro activo do grupo de esquerda dissidente da mesma organização política em 1973.

PELA EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

Os grupos reformistas — CDE, PC, PS — fazendo uso dos mais diversos meios (incluindo a Televisão agora largamente dominada por esses sectores) têm levantado obstáculos a que os outros grupos considerados mais radicais nomeadamente de extrema-esquerda manifestem as suas posições.

Um exemplo disso verificou-se aquando das celebrações do 1.º de Maio no Estádio da FNAT. O militante sindicalista operário António Santos Júnior, antigo dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e membro da comissão organizadora do Movimento da Esquerda Socialista não pôde ler o seu discurso, preterido em favor de muitos outros de carácter vincadamente reformista.

Pelo seu interesse, transcrevemos do «Expresso» as partes que nos pareceram mais importantes: «Um grande grupo de pessoas jamais deixará de lutar por um socialismo perfeitamente controlado em todos os seus aspectos, desde o económico ao político, do cultural ao social, pela classe operária! Repito, uma sociedade que seja controlada em todos os seus aspectos pela classe operária».

«A nossa luta tem de continuar sem desfalecimentos e só terminará com a construção de uma sociedade sem classes sem exploradores nem explorados, de uma sociedade onde não tenhamos de nos vender diariamente!

Temos de construir uma sociedade socialista».

«A emancipação dos trabalhadores só pode ser obra de nós próprios trabalhadores».

O APOIO POPULAR AOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A queda do fascismo e a conseqüente liberalização da vida política do país que o golpe militar de 25 de Abril proporcionou, permitiu para já revelar como é elevado o apoio popular que os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau desfrutam naqueles territórios dominados pela opressão colonial. Adesão particularmente notória em Moçambique, em relação à Frelimo.

Efectivamente já por duas vezes que, em Lourenço Marques e na Beira, reuniões da GUMO — movimento político que tem como objectivo relativamente ao futuro de Moçambique «aplicar o espírito da Constituição no que respeita ao Ultramar» (Constituição elaborada pelo fascismo) — foram completamente silenciadas por manifestações de simpatizantes da Frelimo.

Entretanto, e comprovando que pretende encontrar uma solução federalista para o problema colonial, a Junta de Salvação Nacional exigiu como condição para a abertura de negociações com os movimentos nacionalistas a entrega de armas. Essa solução foi aliás rejeitada por Agostinho Neto que em declarações recentes em Londres afirmou: «Não estamos dispostos a fazer concessões que representem uma nova forma de escravidão. Queremos viver no mundo como qualquer outro povo independente e soberano. O nosso povo quer elaborar ele mesmo a sua política e não estar sujeito a nenhuma potência».

AGOSTINHO NETO: «QUEM É O NOSSO POVO?»

Habitado que foi a ouvir chamar desde o início das guerras coloniais — «terroristas» aos membros dos movimentos de libertação, parte do povo português considera o PAIGC, o MPLA, a FRELIMO como «agressores» quando o verdadeiro agressor é o Exército colonial.

O povo português pensa ainda que os movimentos de libertação

lutam contra ele mas na realidade isso é falso.

Numa entrevista que concedeu ao semanário «Expresso», disse o líder do MPLA: «Quem é o inimigo? Nós pensamos que ele é o imperialismo, que é o neocolonialismo. É o colonialismo». E mais adiante: «Quem é o nosso povo? São todos os que nasceram em Angola e se consideram angolanos. Quer dizer: os pretos que tradicionalmente são considerados africanos e angolanos e os brancos que estão há cinco séculos no nosso continente e no nosso país».

Também em declaração sobre os recentes acontecimentos em Portugal, o Comité Executivo da Frelimo escreve: «O inimigo do povo moçambicano não é o povo português, ele próprio, vítima do fascismo, mas o sistema colonial português».

Não se pense, porém, que foram as modificações operadas pelo movimento das Forças Armadas que fizeram os patriotas do PAIGC, MPLA e Frelimo mudar de opinião, por uma questão táctica.

De facto, já em 1969, em declaração à rádio «Voz da Liberdade», Eduardo Mondlane, que viria a ser assassinado com a cumplicidade do governo fascista de Marcelo e Tomás, dizia: «O povo português deve compreender que o povo moçambicano é um povo irmão. Nós, moçambicanos, nada temos contra o povo português, nem contra a cultura portuguesa. Pelo contrário, o português é a língua falada em todas as escolas do norte, nas regiões libertadas, e bem assim é a língua portuguesa que se ensina nas escolas que temos no estrangeiro».

Por seu lado, Amílcar Cabral afirmou um dia: «Nós queremos libertar a nossa terra para criar uma vida nova de trabalho, justiça, paz e progresso, em colaboração com todos os povos do mundo e muito particularmente com o povo português».

CHAMPALIMAUD SENTIMENTAL

Em declaração ao «Diário de Notícias» o industrial e financeiro António Champalimaud referindo-se aos investimentos em Angola e Moçambique confessou que «Mais do que homem de negócios, em relação aos territórios do Ultramar, eles estão-me no coração».

Uns sentimentalões estes capitalistas...

GREVES

O golpe de 25 de Abril permitiu também que as greves de trabalhadores fossem mais conhecidas da opinião pública. Greves que, refira-se, apesar da forte repressão policial, nunca deixaram de efectuar-se durante o reinado salazarista-marcelista.

Entretanto, a queda do regime fascista contribuiu igualmente para que largas massas de trabalhadores tomassem consciência de que a resolução dos muitos e graves problemas que se lhes deparam no seu dia a dia de trabalho só pode ser encontrada — em muitos casos — através da utilização da arma da greve.

Nessa perspectiva se inserem as greves dos trabalhadores da Timex, na Charneca da Caparica — iniciada a 10 e que só terminará quando a administração aceitar a demissão de seis elementos directivos, cuja saída imediata é exigida por todos quantos ali trabalham — e da Metalúrgica Duarte Ferreira — em que os trabalhadores reivindicaram imediato aumento dos salários até agora praticados e o afastamento de determinados elementos considerados indesejáveis.

No dia 13, os trabalhadores da I.M.A. (Setúbal) empresa das linhas de montagem da Morris e da Austin ocuparam a fábrica e apresentaram várias reivindicações.

OCUPAÇÕES

No dia 9, pela manhã, cerca de mil pessoas que moravam em bairros de lata ocuparam 23 blocos residenciais, vazios há mais de dois anos, no Bairro de Chelas. Os blocos pertenciam ao Fundo de Fomento de Habitação, à Câmara Municipal de Lisboa e à Caixa Nacional de Pensões. Muitos deles já tinham consideráveis sinais de humidade, outros ainda estavam em fase de conclusão.

Alguns dias antes, o Bairro da Boavista, havia sido tomado por moradores de barracas.

Entretanto e apesar da Junta de Salvação Nacional ter já afirmado que não sanciona qualquer nova ocupação do género, a decisão do povo de ocupar os bairros vazios, continua a ser, a curto prazo, a única susceptível de proporcionar às classes pobres — obrigadas a viver em condições sub-humanas — a salvaguarda do direito a uma habitação condigna.



Presidente Spínola: pontos de um discurso

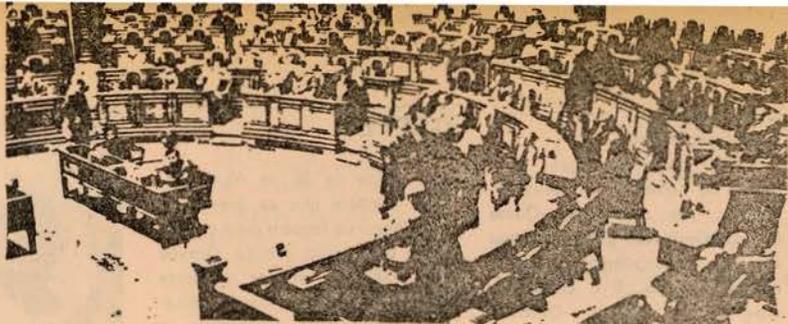
No momento em que o nosso jornal entra na máquina, decorre a tomada de posse do general Spínola como presidente da República Portuguesa. Eis alguns pontos politicamente mais significativos do discurso do novo Chefe do Estado — que analisaremos na próxima edição:

● Vividas as primeiras semanas de natural explosão emotiva, pontuada todavia por alguns excessos lesivos do clima de tranquilidade cívica, cuja firme salvaguarda se impõe, o País vai entrar numa fase de reflectida ponderação, iluminada pelo reconhecimento de que democracia não significa anarquia e de que a confusão dispersiva de actuações descoordenadas não ajuda de modo algum a construção do futuro que o Povo Português anseia.

● Entretanto, os nossos esforços centralizar-se-ão no restabelecimento da paz no Ultramar; mas o destino do Ultramar Português terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua.

● (...) haverá que acelerar o ritmo de expansão económica; garantir, dentro dos seus princípios da ordem democrática, a completa liberdade sindical dos trabalhadores e do patronato; dismantelar o antigo controlo corporativo e aniquilar os seus estrangulamentos; criar um clima propício à constituição de partidos e associações político-económicas que exprimam todas as correntes de opinião; promover a livre eleição da nova assembleia constituinte; sujeitar a «referendum» a lei fundamental que definirá o estatuto de livre escolha do Povo Português; e, finalmente, entregar o poder às novas instituições livremente constituídas e como tal perfeitamente legitimadas.

● Não podemos, de forma alguma, deixar que pressões de qualquer ordem venham perturbar o nosso processo de evolução; e à imagem do Portugal renovado que estamos construindo, teremos de associar a afirmação de plena capacidade para evoluir politicamente sem convulsão social, nem quebra do ritmo da formação de riqueza que a todos aproveite. Daí justificar-se, mais do que nunca, o apelo ao trabalho no sentido de um aumento de produtividade, sendo esta, de momento, a mais instantânea das reivindicações; apelo, por isso, à consciência colectiva do operoso Povo Português que, por certo, não desejará a sua libertação ensombreada pelo espectro desolador de uma crise económica com todo o cortejo de privações e sob o signo do desemprego.



Balanço de uma campanha

O seguinte balanço da campanha eleitoral de Outubro de 1973 foi cortado integralmente pela censura. Mas a sua publicação neste número justifica-se particularmente pela actualidade que alguns temas abordados (é o caso do documento do P.C.P.) ganham no presente momento político.

A campanha eleitoral de 1973 terminou — findou a temporada de discursos, de afirmações públicas, a ANP já elegeu os seus deputados. Procuremos, com base nos factos, arrumar algumas ideias. Do que aconteceu nestes dias, importa não só fazer o ponto, mas sobretudo assinalar os rumos emergentes.

Que a campanha de 73 se distinguiu, e muito, da de 69 é uma verdade evidente. Em quê, porquê, como se verificaram as diferenças entre as duas eleições, eis o que interessa ver.

Duas situações diferentes

Em 1969 vivia-se um clima de «liberalização» que não era apenas consequência de uma nova personalidade se ter assegurado dos comandos do Governo. O equilíbrio de forças detectado na zona do Poder (ver a este respeito, apesar de todas as suas limitações, o «Pensar Portugal Hoje» de João Martins Pereira) favorecia uma dinamização política imediata, reflexo da dinamização das estruturas económicas. Na boca das figuras ministeriais surgem palavras como «concentrai-vos», «primavera política», «liberdade sindical», etc.

De 1969 para cá deu-se uma variação na correlação das forças dominantes, isto é, entre as forças instaladas na zona do Poder. A agudização das contradições internas materializou-se na saída do governo dos próceres da «liberalização» — Rogério Martins, Xavier Pintado, João Salgueiro —, na ruptura dos tribunais «eleitorais» com o parlamento corporativista — Sá Carneiro, Miller Guerra, Pinto Machado e seus pares —, e o aparecimento de uma «Terceira Força» que, procurando ser alternativa viável para o Poder, não podia quebrar por completo as amarras que a ligavam à situação corporativa e deslocar-se para o terreno da oposição tradicional.

Uma das consequências da semi-ruptura da «Terceira Força» (ala mais diná-

mica do capital «europeizante») foi a desnecessidade do aparecimento de candidaturas «independentes» em 1973. A ausência dos «nacionalistas independentes» (ala mais conservadora do capital, «africanizante») demonstra que, afastados os «liberais», foram eles que ocuparam na zona do Poder o lugar deixado vazio.

Para compreender este processo seria importante analisar a diferença de ritmos de concentração económica nos períodos de 68/71 e 71/73. O processo Champalimaud não criou apenas dificuldades ao desenvolvimento de um sector do capital, favorecendo a vantagem momentânea de outros grupos (caso B.P.A., concurso de Sines, auto-estradas, etc.), mas ao pôr em xeque alguns cavaleiros da indústria, fez-se também travão ao desenvolvimento do conjunto dos grupos económicos mais interessados na «liberalização». De facto, estes grupos envolvidos numa concorrência entre si — o caso Champalimaud foi um aspecto da concorrência monopolista — não puderam cimentar uma coesão mínima e para eles necessária, não puderam gizar uma estratégia comum. Isto traduziu-se, ao nível do político, por um impasse: a incapacidade de uma estratégia económica comum traduziu-se na incapacidade de elaboração de um programa político — o encontro dos «liberais» da A.N. demonstrou-o; demonstra-o ainda o vegetal de uma associação do tipo «SEDES».

Encontramos aqui uma das razões porque a «Terceira Força» não se apresentou na campanha dita eleitoral.

Em linhas gerais, as eleições de 1973 reflectem o evoluir das contradições no seio das forças sociais e económicas dominantes. E como em quaisquer eleições (seja em Portugal, ou no mais «democrático» dos países) são sempre as forças dominantes que determinam as regras do jogo eleitoral, óbvio é que alterada a estrutura do bloco dominante, diferentes seriam os condicionalismos postos ao sufrágio. E, por consequência, também o colégio par-

lamentar saído de tais eleições seria diferente do que houve em 69.

A questão ultramarina

A evolução do processo ultramarino foi um dos condicionalismos da campanha de 73. Se na campanha anterior (lembramos em 1968) havia a necessidade de um referendo caucionador da orientação governamental em matéria de política ultramarina e daí a discussão aberta da questão africana, a verdade é que, se atendermos às declarações dos porta-vozes governamentais (do general Spínola e o ministro Rui Patrício a Dutra Faria e Barradas de Oliveira, passando pelo próprio Presidente Marcello Caetano), certas modificações se produziram relativamente a esta questão, ao ponto de se falar — governamentalmente — em «momento crítico».

Os países do Terceiro Mundo, em particular os países africanos, radicalizaram as suas posições, sobretudo no que respeita à África Austral. A curto prazo a consequência foi a intensificação das lutas armadas nessa região. Por outro lado, como o afirmou o general Spínola, a alteração nos comandos do P.A.I.G.C., por virtude da morte de Amílcar Cabral, trouxe o incremento da actividade militar. Daí que, para alguns (entre os quais o próprio general Spínola) a solução da questão guineense, segundo a óptica governamental, se ponha em termos políticos e não militares. Por fim, uma nova situação — tanto ao nível da política interna, como ao nível da política internacional — foi provocada pela anunciada proclamação da independência da Guiné-Bissau, que o Governo português declara tratar-se de uma manobra política.

O jogo eleitoral ressentiu-se desta evolução dos acontecimentos. Uma vez que «a Pátria não se discute», as oposições ou renunciavam a discutir a «Pátria» ou en-

travam, ainda que minimamente, em choque com as regras estabelecidas. É evidente que, nessas condições, os advogados do neo-colonialismo adregavam vantagens — bastava uma simples referência ao assunto, necessariamente limitada, para que se criasse a aparência de um radicalismo na verdade inexistente.

E as oposições?

A Oposição Eleitoral, ao contrário de 1969, apareceu desta vez unida. O casamento da antiga C.D.E. com a antiga C.E.U.D., acompanhado da ruptura dos elementos mais radicais (sobretudo católicos) com a «unidade democrática», fez perder à Oposição Eleitoral as veleidades «esquerdistas», apesar da fraseologia colorida a manter as aparências. Dir-se-ia que os senhores candidatos entraram em concurso para a frase mais sonante digna de aparecer nos títulos de primeira página nos jornais «democráticos».

A Oposição Eleitoral limitou-se a sugestões e reticências. Fez, como lhe competia (era Oposição) a denúncia do regime vigente. Não teve programa (e se tivesse...), não teve posições definidas, não anunciou perspectivas. Em parte, como consequência disto, mostrou-se incapaz de um mínimo de mobilização (falamos em termos relativos, tendo em conta a experiência de 69). Só dificilmente se poderá dizer que teve uma base produtora, salvo nalgumas regiões (Setúbal, por exemplo, e, mesmo neste distrito, algumas zonas que tradicionalmente lhe davam apoio, mostraram-se apáticas). A base produtora voltou costas ao «democratismo», o que só por si não é indicativo de que o tenha ultrapassado — a apatia da base produtora não significa qualquer nova opção política. A base, desiludida com o ocorrido há quatro anos, limitou-se a ficar em casa.

Os chamados «monárquicos independentes», a «Oposição Construtiva» (usamos aqui a designação do semanário «Expresso») não se apresentaram na liça. Quanto à Acção Democrático-Social... ninguém se lembrou dela, com possível excepção dos seus últimos e resistentes epígonos. Impossibilitada por lei a aconselhar a abstenção, a A.D.S. tinha finalmente falido.

Last but not the least: o aparecimento de uma corrente de esquerda, marginal à C.D.E. e contestando-a, já com alguma expressão. Dispersa e ainda imatura, sem coesão e sem uma afirmação orgânica, mostrou no entanto ser uma realidade em nada desprezível e ignorável a não ser pelos avestruzes «democráticos» — o Governo, esse, demonstrou já que não a ignora.

O significado de um documento

Na edição de 13 de Outubro do semanário «Expresso» foi publicado um documento (extractos) do Comité Central do denominado P.C.P., datado de Julho deste ano. Com a divulgação desse documento,

já em plena campanha, o carácter da pugna eleitoral modificou-se — os candidatos da A.N.P. deixaram de apresentá-la como um confronto entre a A.N.P. e a «Oposição Democrática» (confronto em que a A.N.P. tinha, de antemão, a vitória assegurada) para apresentá-la como um confronto entre o corporativismo e aquilo que a corrente governamental e o mesmo P.C.P. rotulavam de «comunismo». Todavia, a tática implicou mais alguma coisa: implicou que, pela primeira vez, se reconhecesse oficialmente uma subida à legalidade desse «comunismo», ainda que episodicamente. A A.N.P. tinha de demonstrar que a «maioria» se opunha ao dito P.C.P. Não afirmara já Marcello Caetano ao jornal italiano «Il Tempo» que esse partido não era legalizado porque a maioria da população a isso se opunha? Mas, desta maneira, é a uma mudança da doutrina oficial que assistimos. Já não se trata de uma incompatibilidade visceral entre o corporativismo e esse «comunismo»: desfaça-se este dos últimos vestígios revolucionários e a incompatibilidade deixa de ter sentido. Não é isto o que transparece nas seguintes palavras de Barradas de Oliveira, director da «Época»:

«Se os partidos comunistas, em vez de se entregarem a fantasias de intelectuais, sem a noção exacta das realidades, tivessem procurado fazer um esforço de entendimento das realidades políticas portuguesas, que o são na consciência popular da comunidade, teriam evitado aos países muitos males, alargando zonas de amizade ou possível amizade, ganho até posições de interesse e ajudado a estabelecer o clima de paz que todos desejamos?» (Ser ou não ser por uma abertura a leste, pág. 119).

Mas nestas condições, óbvio é que, por enquanto, a corrente política em causa não tem outra alternativa senão a recusa do convite. Ainda que a contragosto.

Alguns aspectos de um documento

O documento divulgado pelo semanário «Expresso» denota, para lá de um optimismo que hoje nos faz rir (sobre o Chile, sobre o desanuviamento (1) internacional), um oportunismo profundamente revelador. Duas afirmações:

1) O aparente antagonismo entre a «unidade democrática», pelo menos no que respeita aos sectores afectos ao moscovismo, e a chamada «ala liberal», reduz-se a uma simples forma de pressão: «o interesse da Oposição é agravar os conflitos e divisões no campo fascista, arrancar esta nova tendência à sua órbita e atrair à cooperação com o movimento democrático e à luta pelos objectivos fundamentais do movimento democrático aqueles que de facto e sinceramente estejam decididos a lutar por eles». Ora, como essa atracção se não faz apenas por meio da luta entre correntes políticas, mas pressupõe «diálogo» e entendimentos... Por outro lado: não foram acaso os «liberais» os melhores defensores da concentração do capital e da sua dinamização? Então, que espécie de anti-mo-

nopolismo é esse que estes senhores vêm farisaicamente jurar?

2) A falsidade dos apelos a grandes ofensivas quando ao mesmo tempo se afirma a «impossibilidade real, para a classe operária, as forças democráticas, as massas populares, de empreenderem uma grande ofensiva» (...) «Uma nova grande ofensiva apressaria a acumulação, a centralização e a concentração». O atentismo preconizado está em contradição com o pretenso radicalismo das palavras-de-ordem: chamar à ofensiva e ao mesmo tempo defender a sua impossibilidade, significa, no mínimo, que se ofensiva houvesse ela seria liquidada pelas costas.

Como quer que seja, por tudo quanto envolve a publicação deste documento, ela foi sem dúvida o facto mais importante dos últimos meses da política portuguesa. A partir da sua divulgação, e dada a falta de apoio que a Oposição Eleitoral vinha encontrando, nada mais restava a fazer a essa oposição do que declarar a desistência.

Os votos

E chegou-se ao fim. Com o «democratismo» a bramar que com eleições como estas se não chega ao socialismo (o que pressupõe que com outras eleições se chega lá — vejam como o «democratismo» é anti-eleitoralista!), a A.N.P. foi naturalmente às urnas. Um último apelo à ida em massa às assembleias de voto, uma última «Conversa em Família» do Presidente do Conselho.

A contagem oficial dos votos revelou uma minoria, nada desprezível, de abstenções. Barradas de Oliveira, no dia 30 de Outubro, veio à R.T.P. garantir que tal se ficou devendo à falta de entusiasmo do eleitorado, dado não haver luta — e falou também de caçadores, de lebres e outras coisas mais. Só não falou dos cães de caça.

Uma rápida análise das votações mostra que as maiores percentagens de votantes se verificaram nos círculos ultramarinos e nos círculos rurais.

Era previsível que assim fosse, já que as autoridades desses círculos durante a campanha tinham garantido votações em massa.

L. H. AFONSO MANTA □

(1) Afirma-se no documento: «No mundo capitalista agudizam-se as contradições económicas e os diferendos políticos, quer no interior das grandes potências e entre elas, quer entre elas e os países menos desenvolvidos». E como consequência declara-se que tudo val a favor do «actual desanuviamento». Estamos a ver Ulianov a tomar consciência desta grande inovação teórica — e ir a correr fazer a revisão da sua obra sobre a etapa superior do capitalismo: onde escrevera que o choque entre imperialismos conduz à guerra, escreveria agora que conduz à paz. E paz, de facto, é o nome do conflito no Médio Oriente...

A vida política em Portugal

há cem anos

O Centro Promotor torna-se, um local de combate ideológico. As palestras e as discussões eram cada vez mais calorosas. Fontana, Antero, Maia, Nobre França, Batalha Reis e outros vinham fervilhar a discussão. Em Junho de 1871 começou a circular um opúsculo: «Os Socialistas de Portugal». Era a discussão sobre a Internacional e a Comuna. Nesse documento defendia-se a Internacional e a Comuna. De uma forma tímida é certo: «Que quereis pois que façam as classes trabalhadoras? Que estacionem? Não. Não caminhem para a sua completa emancipação, não digo pelos meios que empregaram na revolução de Paris porque esses meios condena-os toda a gente; mas pelo meio da revolução das ideias e das manifestações pacíficas em favor das generosas aspirações emanadas do sentimento da igualdade e da Justiça».

A edição do opúsculo vem assinada por J. C. Mackonelt. O secretariado da Embaixada Francesa em Portugal, o senhor Barão de Maynard diz, muito vagamente e sem grande segurança, tratar-se de um operário tipográfico. Quanto à origem diz: «pelo nome deve tratar-se de um português de origem inglesa». O texto não difere da restante literatura reformista.

A discussão à volta da comuna

Um outro opúsculo, pela mesma altura, da autoria de José Falcão — A Comuna de Paris e o Governo de Versalles — lança a repressão sobre a edição da «IMPRESA NA UNIVERSIDADE». Embora menos coerente que Fontana, na militância pela organização da classe operária, o opúsculo do professor universitário consegue ser mais afirmativo no apoio à Comuna:

«Nós defendemos a Comuna de Paris! ...Vão chegando mais pormenores, a tragédia é espantosa; mas o cinismo dos que aplaudem é para fazer enlouquecer a espécie humana.»

Uma noite incendiara-se a discussão em torno da Comuna. Alguns burgueses que ali vinham ao Centro Promotor começaram a excomungar os jovens. Era ministro do reino e presidente do Centro o António Rodrigues Sampaio. Zanga-se o presidente com aqueles discursos. Os contestatários atacam-se ao retrato de Sampaio. Tiram-no da parede e começam aos gritos:

«Abaixo o Sampaio! Abaixo o Sampaio!»

Caldearam-se de branco os rostos dos notáveis que ali estavam. Desandaram veixados e cheios de cólera biliosa contra os jovens.

A ideologia reformista do jornal o «Pensamento Social»

É da luta no interior do Centro Promotor que nasce o grupo da Fraternidade Operária. Fontana escreve os estatutos. Trata-se de uma associação nos moldes dos «Trade-Unions» ingleses com a qual os operários poderão empreender a luta sindical exercendo o direito de greve.

Nasce também o Jornal «Pensamento Social».

O Pensamento Social é um jornal confuso, reformista e a sua dominância ideológica será proudhoniana e de um anarquismo pacifista e cristão de tipo tolstolano. A partir do número 12 o jornal tem posições mais sólidas. Aliás, o N.º 11 trazia já um artigo em que se mostrava a insuficiência das cooperativas entendidas como instrumentos estratégicos na luta contra o capitalismo. Mas outros artigos, negando o valor do combate político e centrando-se na luta económica (cooperativas, fábricas sociais e greves reivindicativas de salário) prosseguirão até o fim do jornal, cujo último número, o 51, sairá em Abril de 1873.

Portugal hoje — Portugal há cem anos. Os tempos mudam, mas a lição da história revela-nos que o significado de factos velhos de um século pode revelar-se bastante pertinente. Ao escrever sobre a vida política portuguesa há 100 anos atrás, A. Jacinto Rodrigues dá-nos, afinal, pistas para a compreensão da realidade histórica de que somos contemporâneos.

A fábrica social

Em Abril de 1872 quando rebentaram as greves dos metalúrgicos começou a divulgar-se a ideia de uma cooperativa de produção — uma fábrica social. O Nobre França era um dos maiores entusiastas. Apareceram então uns artigos no Pensamento Social. A ideia de uma fábrica completamente dirigida por operários, uma fábrica colectiva sem patrão, em que a produção seria resultado da cooperação de associados, resplandecia em todos os operários.

A greve dos arsenalistas e dos metalúrgicos tinha terminado com uma derrota do operariado. O patronato utilizava todas as táticas. Chamava do Porto para Lisboa outros operários. Dividia-os em rivalidades mesquinhas. No Arsenal, o Ministro-Intellectual Andrade Corvo, que era também responsável pela Marinha, introduzia novos mecanismos de exploração. Placas de entrada e de saída para regulamentar e fiscalizar o ponto, e uma legislação inadmissível. Assim, se o operário faltava era obrigado a uma multa: trabalhar um dia sem ser pago!

Os capatazes apareciam por toda a parte a esplanar. Aumentava a administração de parasitas burocratas que vinham «racionalizar» horários e despesas. E, quando a greve rebentava, espontaneamente, vinham primeiro os capatazes a vociferar ameaças. Depois vinha o barão da guarda a comandar um batalhão de labregos fardados e que, à espadeirada, lançavam os cavalos sobre a multidão...

O espancamento diário

O espancamento era quotidiano. O patronato punha na rua quem bem lhe apetece. E o que era mais sórdido ainda, era a caderneta que cada operário era obrigado a ter. Ali, o patrão marcava a competência do operário e o seu compor-

to. Isto era o policiamento total sobre a classe trabalhadora. As arbitrariedades eram cometidas por tudo e por nada. Na caderneta bastava assinalar um comportamento irregular para isto significar desemprego e dificuldades de encontrar um outro trabalho. Operários insubmissos eram operários que não interessavam ao patronato. Por isso os grevistas eram despedidos com a marca de vermelho sobre a caderneta. Era a miséria ou a emigração!

A fragilidade da organização operária produzia assim desalento em certos sectores. E, por outro lado, as esperanças «rendedoras» do cooperativismo apareciam como uma miragem que apaziguava o sofrimento.

Quando começaram as quetes para as quotas da fábrica social de facto houve cenas de comovente entusiasmo. As economias jorraram de todos os lados. Alguns operários sentiam já que toda a sociedade iria mudar em breve! Novas fábricas se criariam. E, por toda a parte, seria a cooperação a substituir a ganância e a exploração capitalista. Havia mesmo entusiasmo combativo pois que a reacção lá estava a atirar: era o Braamcamp no Parlamento, como uma coruja esquelética a bradar augúrios trágicos com que a Internacional o apavorava. Eram os burgueses retrógrados, aterrados com a possível das estruturas cooperativas. Mesmo o tabelião que se encarregou de «oficializar» os estatutos obrigou os cooperativistas da Fábrica Social a uma maior brandura dos princípios enunciados.

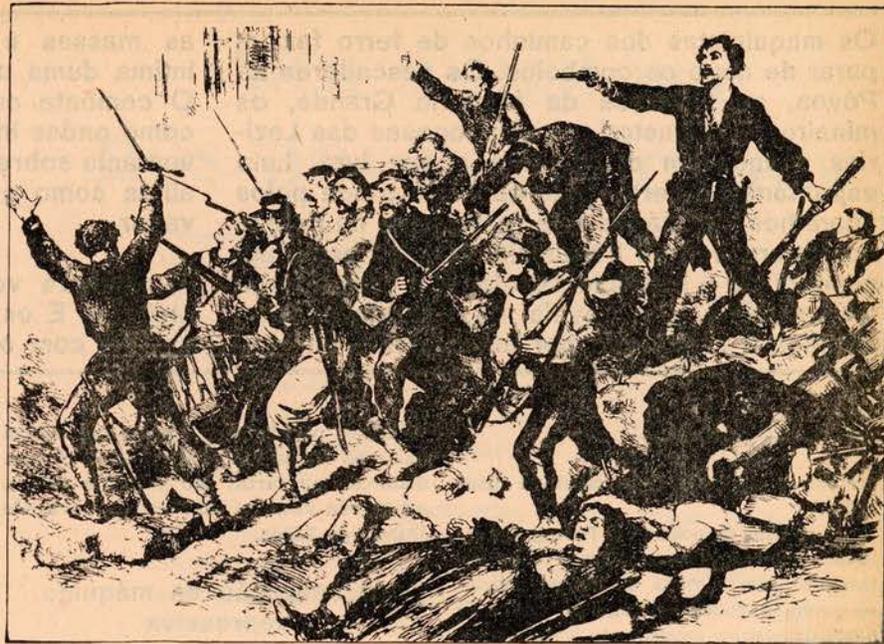
A morte das esperanças

Assim, a Fábrica Social aparecia a muitos como o grau mais alto da luta operária. Não faltaram os teóricos: Fontana e Nobre França. Não se fartavam de lançar enganosas esperanças ao falar dos sucessos por todo o mundo do cooperativismo.

E certo que uma imensa alegria se ergueu por entre todos os operários quando a fábrica abriu. As bocas de fogo do forno fizeram correr uma seiva vermelha do primeiro aço fundido na fábrica social do Aterro. Eram gritos de alegria. De toda a parte o povo veio ver! Acorreram operários de todo o lado. A sirene ressoava longe. E um entusiasmo diferente alimentou o ânimo daqueles operários que se sentiram donos do seu destino naqueles dias. Em breve, porém, a concorrência matava aquelas esperanças. Mas a utopia continuava e retomava de novo: era culpa da administração! Melhore-se a contabilidade!

O medo da Comuna

De novo a Fábrica Social atraía gente. Decerto, já sem o mesmo entusiasmo, mas uma paciência resignada os entreteinha. As cooperativas floresciam, por outros sítios. **O mal não estava nesse esforço. Estava sim em querer fazer acreditar que bastava minar o tecido económico para que o capital se destruísse por si mesmo. Essa estratégia é que era perigosa, pois os reformistas apregoavam a estrita luta ao plano económico. Deixam a política, diziam. Ao**



A COMUNA

dissolverem uma tática que podia ser justa, em estratégia única, os reformistas iam alimentando com utopias merificas o operariado de então.

O medo da Comuna aticara toda a imprensa contra a Primeira Internacional. Não havia jornaleco ou grande jornal que não apresentasse os internacionalistas como assassinos e incendiários. Por isso, diante do cerco reaccionário, pretenderam os homens do Pensamento Social mostrar a sua «pacatez». E foram tão longe que se embrulharam nesse humanismo pacífico dissolvendo a estratégia da luta de classes.

Daí resultava, assim para grande parte da crítica ao anarquismo, de uma política lassaliana de fazer transformar a máquina do Estado pela inflexão progressiva feita através de ministros e grandes personalidades que aí chegariam guindados pelo seu prestígio, habilidade política e eleitoralismo. Isto é que motivou a linha oportunista que vem até aos nossos dias e que teve em Portugal apaniguados na geração de 70 e até exemplo concreto na pessoa de Oliveira Martins.

A organização da repressão

Se a Comuna foi uma força imensa que se espalhou pelo mundo fora e criou uma solidariedade revolucionária na classe operária de todos os países, a burguesia preparou também a sua defesa a uma escala internacional. A 6 de Julho de 1871, o ministro dos negócios estrangeiros, Jules Favre, dirigia uma circular aos países europeus pedindo a extradição dos refugiados da Comuna e medidas políticas e policiais conjuntas contra a Internacional. O governo de Thiers não se contentava com o massacre massivo em França. A

luta contra a Internacional torna-se um objectivo político de primeiro plano. Também em Portugal se fez sentir esta medida.

Assim, corria o ano de 1872, quando Andrade Corvo, ministro dos negócios estrangeiros se dirige à embaixada de França em Lisboa para conluio secreto. Andrade Corvo era um desses estadistas ávidos de poder. Além dos Negócios Estrangeiros sobraçava a pasta da Marinha e Ultramar. Possuindo uma cultura burguesa requintada (Curso de Matemática, Engenharia, Ciências Naturais e Medicina) lente do Instituto Agrícola, poeta e contista é o exemplo típico que se pretende à moda da Europa avançada. As conversas com o Ministro da França, o Conde d'Armand, resultam em estreitamento da política dos dois países, assim como da sua polícia. O Conde d'Armand era conde por outorgamento de título papal: em 1868, Pio IX nobilitava-o pelo prestimoso auxílio contra Garibaldi. Refinado politiquero era indigitado à participação em todos os grandes negócios de Estado.

Internacionalismo... policial

Do conluio, nasce a ideia de fazer vir polícia francesa experimentada, conhecedora da Internacional, para melhor se reorganizar os serviços de repressão contra o operariado que começa a crescer, e, por solidariedade de classe, a caça eventual aos «cummunards» por aí refugiados.

A confusão dos ministérios

Chega então a Lisboa de Paris, no dia 2 de Março de 1873, um polícia afamado. A confusão reina nos ministérios e há desconfiças por entre os ministros. Andrade Corvo quer que o polícia francês contacte apenas com ele e que se afaste

Os maquinistas dos caminhos de ferro faziam parar de novo os comboios. Os pescadores da Póvoa, os vidreiros da Marinha Grande, os mineiros de Aljustrel, os camponeses das Lezírias avançavam diariamente a sua luta. Luta espontânea é certo. Luta que fora traída pelos aparelhos partidários que resvalaram na defesa dos interesses da burguesia. Mas se essa luta espontânea é insuficiente, ela foi e será a força dinamizadora que revela os oportunismos e rectifica a vanguarda por um combate em que

as massas e a organização são expressão íntima duma dialéctica revolucionária. O combate crescia. E a raiva de classe era como ondas indomáveis do mar em fúria ou da ventania sobre a planície verde do Alentejo, ou ainda como a força das grandes máquinas a vapor.

A bandeira vermelha amortalhava-se na urna eleitoral. E os «socialistas» de então justificavam-se com o civismo e a ordem.

dos outros ministros. O polícia anda admirado.

Os homens da polícia em Portugal esperavam uma brigada de França e espanaram-se com a vinda de um só polícia: «é porém à polícia portuguesa, que cabe procurar agentes locais... até porque antes de tudo tornam-se menos suspeitos». O polícia francês anda amargurado pois a governança portuguesa não lhe dá as devidas honras que merece. Com efeito durante uns tempos, o polícia que era um comissário especial foi tido como simples agente.

Como as greves tinham acalmado o medo da Internacional estava esquecido. Por isso o ministro Andrade Corvo «falava pouco da Internacional e muito da União Ibérica»...

Organizando a polícia portuguesa...

Não esconde nas suas cartas uma ironia à governança em Portugal.

Enquanto vai organizando a polícia portuguesa, emprende a procura dos «communards» que se tinham eventualmente refugiado em Portugal. Descobre um, A. Fillou que tinha sido condenado por contumácia em conselho de guerra. E a seguir descreve com um pormenor fotográfico um outro indivíduo que acabou de partir, depois de uma breve estadia em Lisboa, para Madrid. Um tal M. Bradlaugh que lê francês mas que não conseguiu ouvir falar. Descreve-lhe o queixo, a cor dos olhos e dos cabelos. Desenha mesmo uma orelha que acha singular. Esta descrição detalhada será talvez para tentar confirmar no ministério do interior em Paris se se tratava de algum internacionalista. O polícia tem uma certa melancolia e, sobretudo o despeito, de se sentir como «um livro colocado numa biblioteca de que as pessoas se servem de vez em quando e só quando têm necessidade de consultar».

É um polícia. É um polícia é isso: um braço mecânico e cego, instrumento de uma raiva e duma estratégia de classe.

A letra fina e esguia tem, por vezes, a expressão do medo e da insónia. Mas as palavras vão cuspidando a denúncia. Vai arquivando dados que se vão transformando em números num código de informações para a polícia de Paris:

INTERNACIONAL = 5 3 1 7

O seu pseudónimo, o nome que utiliza nas suas cartas, é o de LATOUR. ...e para disfarçar, as cartas são enviadas para o n.º 30, rua Vanneau em Paris, ao advogado Dubols de L'Isle.

Actualização da máquina repressiva

A repressão é metódica e friamente organizada por ele. É uma nova etapa: a classe burguesa internacionalizando os seus interesses vai transmitindo a sua experiência. Portugal, entrando nesta nova etapa exige uma actualização da máquina repressiva. Por isso o polícia convoca uma reunião com os principais industriais. Propõe-lhes os novos métodos: introduzir nos ateliers e nas fábricas os informadores.

São os informadores a força essencial da organização policial. O aparelho de vigilância das fronteiras é assegurado. A rede é lançada por toda a cidade. Uma vigilância oculta começa a funcionar: são mulheres ou passeantes, aparentemente despreocupados, que assinalam a entrada dos membros da A.I.T. para as reuniões secretas no pequeno antigo teatro da rua Vicente Borges N.º 50 - 1.º andar. Também os informadores devem penetrar nas associações operárias e nos aparelhos partidários, para que se saiba o que aí se passa:

«...Um militante propôs a formação orgânica à maneira dos antigos carbonários e castigar com a morte os que traíssem. Esperava que o mistério e o rito exterior exercessem uma atracção poderosa sobre os operários. Outros proclamavam a necessidade de que a autoridade atacasse de maneira que a perseguição viesse servir de reclame e se fizesse barulho em torno da associação. Maia no dia 29 de Março último pedia a formação de uma nova organização com o nome de Associação Nacional dos Trabalhadores Portugueses com instituições idênticas às da Internacional, mas admitindo a pequena burguesia. Projectava a reunião de um Congresso em Lisboa, onde seriam convocados deputados trabalhadores de outras cidades.

Nobre França queria a fusão da Fraternalidade e da Internacional. Todos insistiam sobre este ponto: que a Internacional afastasse formalmente a ideia de se misturar à política...» (1)

Para controlar e vigiar o operariado...

Interceptava-se a correspondência. Assim através de uma carta de Lucien Combatz, ex-«communard», de passagem por Lisboa, a polícia fica a saber que se dirige a Espanha para organizar batalhões de voluntários, na insurreição da Andaluzia.

Letheux organiza conferências. Depois do inquirido aos grandes ateliers e às cooperativas o polícia explica as medidas que os chefes das empresas devem tomar para melhor controlarem e vigiarem o operariado.

Um despacho telegráfico do Ministério do Interior viera colocar os pontos nos «is»: O polícia Letheux não era um simples agente. Era «um comissário especial em ligação com a Direcção da Sûreté Générale du Ministère de l'Intérieur». (2) Por isso nos fins de Maio de 1873 a despedida do polícia francês Letheux, vêm o Bispo de Viseu, os homens da governança e os industriais à embaixada de França. Vêm todos com Champagne-Bordéus comemorar as vitórias da reacção e a assombrosa limpeza sobre a Paris infectada de incendiários e assassinos...

«Como vão as modas por Paris?...»

Os governos a estreitarem-se na política. Os investimentos a fazerem-se. Os contratos, sobre o caminho de ferro e a ponte de ferro sobre o Douro, a consolidarem-se entre a França e Portugal. As discursatas sobre a defesa «da civilização», e «a ordem». As baronesas à moda de Paris a rodearem o polícia Letheux amarelento, de papéis nos olhos, da insónia!

«Como vão as modas por Paris?...»

O Champagne a correr pelas goelas. Os duques de Avila, os condes, a saborearem o pato assado. E o Andrade Corvo nas prosápias líricas! O Conde d'Armand, ventruado e de lorgnon a explicar como é que ele salvara a Santa Sé evitando a morte do Santo Papa nas mãos do discolo

(1) Archives de la Préfecture de Police — Musée des Archives: «L'Internationale au Portugal 1873» (BA 437).

(2) Archives du Ministère des Affaires Étrangères — Paris: Correspondance France-Portugal. 1873.

criminal Garibaldi, um louco enfurecido e sanguinário...

Apesar das prisões os internacionalistas continuaram a apregoar a justiça humanitarista. O movimento estará impregnado dessa herança burguesa que não consegue superar-se sem prática revolucionária. Os internacionalistas ao promoverem a ideia de formação do partido, «decretaram-no» e não o fabricaram na ligação com as massas e na luta combativa. Por isso enquanto se afirmavam em 1879, as proclamações eleitorais o reformismo ainda era o mesmo.

«Precisa-se ter a maioria da Câmara electiva, abolir a câmara Alta, saírem do povo os conselheiros municipais, abrogar dos códigos as leis nocivas, proclamar leis justas e liberais; criar enfim o estado popular pela transformação sucessiva e oportuna do estado burguês.»

— Aos eleitores proletários em 1 de Setembro 1879.

Tal era a linha política dos anos seguintes e que havia de conservar durante longo tempo: o apelo ao «acto cívico», a defesa do «santo princípio da fraternidade». (Antero 1871...)

A classe operária, a massa trabalhadora estava alheia a essa prosápia eleitoral.

O assassinato, a mutilação quotidiana

No arsenal era o assassinato e a mutilação quotidiana que o trabalho do novo guindaste fazia nos operários. A ganância dos burgueses não permitia filantropismos e gastos na segurança do trabalho. Por isso os arsenalistas voltavam a rebelar-se.

Os maquinistas dos caminhos de ferro faziam parar de novo os comboios. Os pescadores da Póvoa, os vidreiros da Marinha Grande, os mineiros de Aljustrel, os camponeses das Lezírias avançavam diariamente a sua luta. Luta espontânea é certo. Luta que fora traída pelos aparelhos partidários que resvalaram na defesa dos interesses da burguesia. Mas se essa luta espontânea é insuficiente, ela foi e será a força dinamizadora que revela os oportunismos e rectifica a vanguarda por um combate em que as massas e a organização são expressão íntima duma dialéctica revolucionária.

O combate crescia. E a raiva de classe era como ondas indomáveis do mar em fúria ou da ventania sobre a planície verde do Alentejo, ou ainda como a força das grandes máquinas a vapor.

A bandeira vermelha amortalhava-se na urna eleitoral. E os «socialistas» de então justificavam-se com o civismo e a ordem.

Mas por esse tempo, sem nada sabermos dessas afirmações, os camponeses da Lezíria fartos de comerem cavala salgada e beberem a água lodosa, revoltaram-se. Na Covilhã os operários dos tecidos sequestraram o patrão. E, na praia do Cabedelo os pescadores apedrejaram a padralhada mais os senhores da câmara que vinham, em procissão, no adro da Igreja.

A. JACINTO RODRIGUES □

Para a história dos povos africanos

Um perfeito esclarecimento da questão colonial prespõe um conhecimento da história de África — história dos povos africanos — antes da chegada dos Portugueses.

A história de África que é fornecida à maioria do Povo Português, não passa de uma descrição de feitos heróicos, praticados por super-homens. História essa que deliberadamente esquece que os povos africanos já existiam antes das descobertas e que esses povos viviam em sociedade.

Achamos útil a publicação do texto do livro de «História de Moçambique» da 4.ª classe das escolas da FRELIMO. Nesta primeira parte faz-se um estudo sobre a origem dos povos que habitaram Moçambique.

I — As migrações africanas

Muitos dos povos que habitam o sul do deserto do Sahara vieram da região dos grandes lagos (Vitória, Alberto, Rudolf, Eduardo, Tanganica, etc.).

As migrações foram deslocções africanas, muitas vezes em grupos de tribos. Estas migrações sucederam-se durante séculos e só acabaram nos princípios do séc. XVIII.

As migrações eram na sua maioria, pequenas deslocções em etapas não superiores a 100 quilómetros, o que representa uma marcha de dois ou três dias. Os caçadores na busca da caça percorriam facilmente essas distâncias. Notavam e fixavam os locais mais favoráveis e no dia da marcha sabiam já onde dirigir-se. Este processo, embora lento, permitiu assim deslocções a grande distância.

1 — Motivo das migrações

Podemos dividir os motivos em dois grupos: positivos e negativos. São positivos aqueles que atraíam as populações, e são negativos aqueles que fizeram partir as populações.

Motivos negativos

a) Motivo político: tratava-se geralmente de ameaça militar. A tribo devia fugir diante um conquistador para evitar a morte ou a escravatura.

b) Motivo económico: é razão mais frequente para as migrações. Vários anos de seca consecutiva provocavam fomes e obrigavam as populações a partir. Um exemplo destas migrações permanentes causadas pelo cultivo intensivo das terras e pelo despovoamento florestal ou corte de árvores, é o caso da Botswana, um país muito seco onde as migrações seriam devidas ao problema da falta de água.

c) Motivo social: devido a epidemias muitas vezes aliadas a anos de seca.

Motivos positivos

a) Motivo político: se em certos casos as populações foram obrigadas a abandonar as suas terras noutras circunstâncias foram atraídas por uma situação mais vantajosa militarmente e que permitia uma melhor defesa.

b) Motivo económico: a procura de terras novas e férteis e bem irrigadas pouco povoadas e ricas em caça.

c) A procura de uma situação em que o aproveitamento da carne, a fertilidade do solo e boa irrigação estejam acompanhadas por condições favoráveis à prática da religião.

É muito difícil estabelecer as datas das migrações devido à falta de documentos e por outro lado pela duração prolongada das deslocções que nunca tinham um carácter de estadia definitiva. Todavia, diversos historiadores conseguiram estabelecer que os Macuas e Ajaus teriam atingido a zona que hoje ainda ocupam, por volta do ano 1.000. Os Chonas e Nadaus atingiram o sul do continente por volta de 1.500, enquanto que os Zulus e os Xosas atingiram a costa do Natal por volta de 1.600.

Há, todavia, razão em se perguntar, quem vivia nessas regiões antes da chegada dos povos Bantu? Parece definitivamente estabelecido que o povoamento primitivo da África Austral era feito por Hotentotes e Bosquimanos que, fugindo das tribos Bantu, se foram refugiar no Sudoeste da África onde se encontram ainda hoje.

2 — Os povos Bantu

Todos os povos da África Meridional,



O «sim» ao divórcio, consagrado pelo referendo do último domingo, não representa apenas uma derrota do Vaticano — com todas as consequências que este facto anuncia num país como a Itália —, mas uma derrota da direita tradicional e dos seus apêndices extremistas, desde os sectores mais conservadores da democracia-cristã até aos neo-fascistas. Mais: o teste do referendo é um prenúncio importante da nova coligação de forças que ultimamente se vem firmando na cena política daquele país, integrando as várias correntes reformistas (desde os sectores «liberais» da democracia-cristã até ao partido comunista, passando pelos sociais-democratas de diferentes matizes) que se propõem colaborar na gestão, «revista e melhorada», do neo-capitalismo italiano. É esse, aliás, o sentido do recente «compromisso histórico» proposto pelo secretário do P.C. italiano, Enrico Berlinguer, como plataforma de cooperação activa com a democracia-cristã.

após-guerra — encontrou no «sim» ao divórcio uma expressão decisiva. E isto porque o referendo, sendo de facto um teste político (o que se confirma pela importância que lhe concederam os diversos partidos e pela intensidade de que se revestiu a campanha gerada à sua volta), não o era directamente.

A vida política italiana, por razões específicas bem conhecidas, tem estado largamente hipotecada à influência poderosíssima do Vaticano, para o qual a rejeição do divórcio constituiria uma nova afirmação de autoridade. Daí a intervenção activa de Paulo VI na campanha do referendo, evocando de novo as «leis da Igreja» sobre a sacrossanta indissolubilidade do matrimónio. Ora, a vitória da lei civil sobre a «lei religiosa», num país tão profundamente condicionado ao longo dos tempos pela influência da Igreja, e em terreno tão favorável ao exercício determinante dessa influência, veio marcar efectivamente o fim de uma época, a adaptação irreversível às novas realidades históricas.

Divórcio em Itália: um teste político

O corte com o passado

O corte com o passado — mais concretamente, com a herança do

V. J. S. □

O debate a propósito da chamada «via pacífica para o socialismo» continua na ordem do dia. A demarcação de posições entre reformistas e revolucionários é feita aqui — e à luz de um exemplo recente: o Chile — num terreno particularmente propício. Carlos Marinheiro dá a sua opinião sobre o confronto entre duas trajectórias: a de Guevara e a de Allende.

De Che Guevara a Salvador Allende

A morte de Che Guevara representou, sem dúvida, um importante «marco» na história das lutas pela emancipação dos povos da América Latina.

A guerrilha, forma de luta armada até aí preocupante para as oligarquias dominantes, perdeu bastante influência junto das classes trabalhadoras, em parte devido ao oportunismo de certos dirigentes reformistas, ocupando posições de relevo no mundo do trabalho. Lamentando, por um lado, a morte de Che Guevara, nunca se esqueciam, em contrapartida, de salientar os seus «erros» — dos quais destacavam o facto de ele «ter dado o flanco à repressão». Cremos, no entanto, ser inútil enumerar de seguida toda a série de «frases feitas» com que o Che foi nessa altura mimoseado. Mas também nunca deixámos de compreender as razões profundas de tais «mimos». Era necessário fazer nascer em toda a sua dimensão uma via que desde a revolução cubana andava na «mó de baixo». Tratava-se da chamada via pacífica.

Não é nosso objectivo neste breve apon-

tamento enquadrar a dita via pacífica em termos de classe e analisar, portanto, aqui, qual a classe que efectivamente controla um movimento que se autodenomina partidário da «passagem pacífica ao socialismo». Contudo, a importância de tal enquadramento e respectiva análise evidencia-se no bem architectado mito que atribui aos trabalhadores o «bom senso» de, na sua maioria, alinharem nas posições reformistas.

Um novo «ópio do povo»

Na sua tentativa para tomar o controlo dos movimentos progressistas na América Latina, a corrente reformista apoiou-se substancialmente nos dirigentes sindicais e nos intelectuais da pequena-burguesia. E algum prestígio que estes tinham junto das camadas populares transformou-se, salvo as devidas distâncias, em edição melhorada, refinada, daquilo a que alguém chamou «o ópio do povo». Naturalmente, o povo é hoje diferente — mais evoluído e mais consciente —, o que exige um ópio

sabidamente embalado. Assim, como consequência de uma propaganda inegavelmente bem orientada a favor da «transição pacífica para o socialismo» o reformismo começou a alargar a sua base de apoio na América Latina e, por outro lado, as diversas organizações de guerrilheiros foram perdendo sucessivamente muitos dos seus militantes. O «fracasso» de Che Guevara serviu perfeitamente àqueles que defendiam a tese de que «Cuba tinha sido um caso singular e jamais a guerrilha poderia repeti-lo na América Latina». E então foi um nunca acabar de publicações apoiando a via pacífica e condenando o aventureirismo daqueles que já só podiam acreditar na via antagónica.

A liquidação da guerrilha

De modo que foi fácil aos regimes latino-americanos liquidarem muitas das organizações de guerrilheiros demasiadamente enfraquecidas para se oporem aos aparelhos repressivos cada vez mais aperfei-

goados, dos governos desses países. Com isto não estamos aqui a defender um certo conceito romântico de guerrilha muito vulgarizado durante algum tempo entre a juventude. Ao contrapormos ao ataque à guerrilha a sua defesa, nós pensamos de uma forma mais lata na defesa de uma determinada via contra outra. Naturalmente, depois, nessa via, podem surgir formas mais ou menos erradas de a levar à prática. Mas os reformistas da América Latina (e não só...) ao condenarem a guerrilha tiveram sempre por objectivo desacreditarem definitivamente a via em que aquela se encontrava inserida. Um objectivo amplo, ambicioso, que só muito temporariamente poderia concretizar-se, pois todas as ilusões têm sempre um curto tempo de vida. Efectivamente, assim tem acontecido ao longo de toda a história. Desde o socialismo utópico à primeira frente popular, as camadas dominantes nunca se esqueceram de despertarem, por vezes com inaudita violência, os estratos populares que se deixaram embalar em sonhos de caminhadas pacíficas. A classe dominante tem vindo ao longo dos tempos demonstrando que a via pacífica é um caminho que ela controla quando quer e como quer.

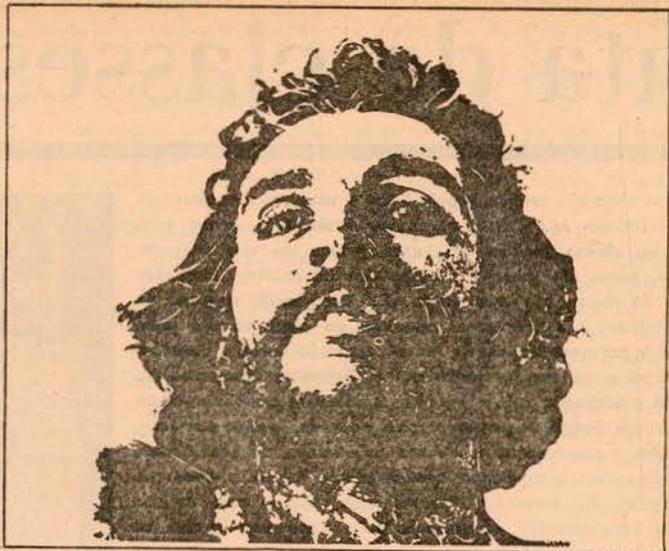
Um pacifismo sem transição...

Com efeito, os recentes acontecimentos no Chile vieram demonstrar que três anos de «transição pacífica» foram praticamente anulados por três dias de «contra-revolução» armada. Também não nos devemos esquecer que os contra-revolucionários nunca escolhem a via pacífica.

Na realidade, a vitória de Salvador Allende nas eleições chilenas em 1970 foi saudada por certas correntes políticas com o triunfalismo só aceitável se houvesse uma efectiva tomada do poder não só político mas fundamentalmente económico. Entretanto, seguiram-se três anos em que se procurou alimentar uma ilusão a esfumar-se dia a dia perante a intransigência dos verdadeiros detentores do poder. E a transição pacífica permanecia num pacifismo sem transição.

Esta experiência agora transformada em lição histórica não foi, como diz a reacção, uma derrota para as correntes progressistas. Se derrota houve, ela foi parcial e resultante de uma mistificação, com a consequente adesão de muitos sectores. No entanto, a grande maioria dos sectores que aderiram são correntes políticas que nunca dariam o seu apoio a uma via radicalmente antagónica. Assim, podemos garantir que a derrota foi essencialmente para os seguidores de uma via que no conceito de muitos sempre funcionou como «sementeira» de ilusões, forma incorrecta de perspectivar os conflitos entre as classes sociais.

Por outro lado, como era essencialmente a pequena burguesia e os seus líderes que conduziam o processo, podemos com algum à-vontade concluir que o proletariado na



sua maioria não aderiu cegamente à linha reformista.

Como já em 1971 dizia Régis Debray a Salvador Allende: ...«Aqui continua intacta a democracia burguesa. O senhor, digamos, tem o poder executivo, mas não o legislativo, o judicial, nem tão pouco o aparelho repressivo. A legalidade, as instituições, não as fez o proletariado. A Constituição fé-la a burguesia para os seus próprios fins».

É um facto. A Constituição somente serve a burguesia porque quando deixa de a servir integralmente logo é alterada e readaptada às novas circunstâncias. Por isso, a Junta militar chilena já pensa em alterar a Constituição para evitar futuros sobressaltos.

Nas malhas da legalidade

Curiosamente, as malhas de uma legalidade criada pela classe dominante serviram só para enredar o governo de unidade popular que em seu nome reprimiu os operários que ocuparam fábricas e os camponeses que se apropriaram das terras. Em contrapartida, os militares que constituem o principal aparelho de defesa da burguesia estiveram-se positivamente «nas tintas» para a sua legalidade quando entenderam que já não lhes servia totalmente.

Merecia mesmo uma análise bastante profunda, todo este encadeado de factos que conduziram um homem às ilusões políticas mais absolutas, arrastando, simultaneamente, todos os aderentes a determinada corrente defensora da chamada via pacífica. Entretanto, o golpe militar no Chile foi ao mesmo tempo um rude golpe no eleitoralismo, não só no Chile como também em todos aqueles países onde tinha uma adesão muito forte. Embora nos últimos anos tenham havido vários golpes militares, particularmente na América Latina, este teve a particularidade de se dar contra o chamado primeiro presidente marxista chegado ao poder através de eleições e demonstrou que no Chile como em qualquer outro país do mundo, as forças armadas não são neutras politicamente. Actuando como instrumento da classe do-

minante, os militares, contudo, mantêm-se longos períodos à margem da política o que não invalida que, logo que a burguesia se sinta em dificuldades, eles não corram em seu auxílio.

O fracasso de uma via

De Ernesto Che Guevara a Salvador Allende preponderou na América Latina uma via que falhou completamente, como todos vimos. Se não se tornou ainda mais prejudicial para o socialismo, foi porque os militares «não o deixaram». Com efeito, controlando o poder económico a burguesia manipulava os géneros alimentícios conforme muito bem entendia. Por consequência, a certa altura as carências de alimentos ultrapassaram os maus tempos do regime anterior. Os seus possuidores não os colocavam à venda e a legalidade não permitia à própria classe produtora deles, impor-lhes que isso fosse feito. E nem sequer Allende, na sua submissão à legalidade, podia fazer qualquer coisa. De forma que a maioria dos trabalhadores, desconhecendo em pormenor todos estes mecanismos, começavam a ficar desiludidos com Allende e, por uma associação de ideias feita inevitavelmente de forma simplista, com o próprio socialismo que aquele sempre disse professor.

Com o fracasso completo da chamada «experiência chilena» a condenação da via seguida não sofre sequer contestação. Fica pois a via antagónica. Entretanto, parecemos que também esta via necessita de ser muito repensada e despir-se de determinado romantismo que nos últimos anos a caracterizou profundamente. Nunca esquecer que o guerrilheiro é como o peixe que necessita da água para viver e... para se reproduzir. A «água» do guerrilheiro é a população trabalhadora das diversas aldeias e cidades que constituem um país.

Em conclusão, se a morte de Che Guevara foi um marco na história da América Latina, a morte de Allende representa outro marco não menos importante. E a apreensão do seu significado profundo compete aos povos latino-americanos.

CARLOS MARINHEIRO □

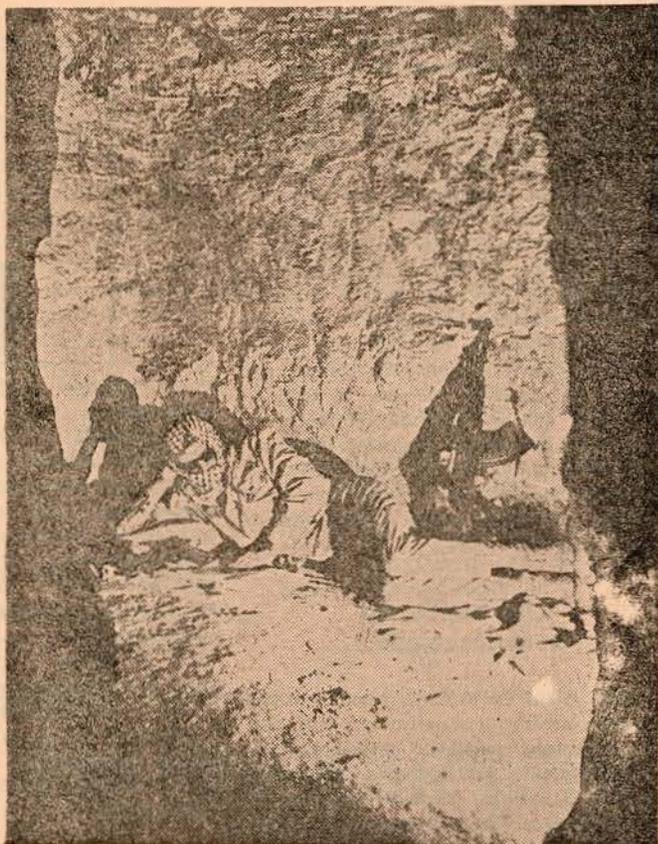
Luta de classes em Israel

Reduzir o chamado conflito israelo-árabe a uma única contradição opondo os «árabes» aos «israelitas» colonialistas, é esquecer que, para todos os efeitos também em Israel, apesar do seu conteúdo essencial há, como em todas as sociedades capitalistas interesses antagónicos de classe que lutam entre si... No que diz respeito às burguesias árabes, a sua aparente oposição ao sionismo não pode fazer esquecer por exemplo, nem a brutal repressão sobre a resistência palestina e as massas jordanas no Setembro Sangrento de Hussein nem a ocupação militar violenta de Helouan em 73, resposta do «progressista» Sadate às movimentações operárias que aí eclodiam; sempre prontas a apunhalar a resistência palestina, de frente como Hussein ou de costas como Sadate com os planos Rogers e todos que mais aparecerem, vão tornando cada vez mais claro o facto de que contra o sionista opressor só poderão lutar consequentemente as massas trabalhadoras árabes dirigidas não pelas suas burguesias sempre prontas a trair a luta, mas por verdadeiras vanguardas operárias.

Apesar das aparências, também em Israel nem tudo são rosas para a classe dominante. Apesar do apertadíssimo controlo ideológico e jurídico a que estão sujeitas as massas trabalhadoras locais pelo sindicato nacional-Histadruth, algumas alarmantes greves selvagens têm provocado graves crises «de confiança».

A Histadruth, fundada em 1920, sindicato que «por acaso» tem em mãos a maior empresa de construção civil de Israel (que nos últimos anos se tem dedicado à construção de hotéis de luxo em certos países africanos e de estradas e instalações militares em vários países asiáticos), possui ainda o Banco dos Trabalhadores, várias sociedades de comercialização, um sistema de segurança social e um esquema seguro de propaganda sionista através de ampla rede de escolas; a todos estes poderes junta-se curiosamente o poder de julgar em tribunal interno, dirigentes de greves selvagens, declaradas sem o seu controlo. (1)

Apesar da ideologia sionista plenamente aceite pelo MAPAM (partido «comunista» de Israel) dominar ainda a grande maioria das movimentações operárias, factos como a greve dos estivadores do porto de Haifa e Hashod em 69, que foi brutalmente reprimida e cujos dirigentes foram julgados pela Histadruth por «traição à pátria» vêm embora lentamente contribuir para um aclarar de ideias pelo menos da parte das orlas mais avançadas do proletariado.



O texto de que a seguir transcrevemos alguns extractos, pretende ser essencialmente mais um dado a acrescentar para uma compreensão da luta de classes em Israel. Trata-se do discurso de defesa feito no tribunal da Haifa por um jovem operário judeu, Rami Livneh que após bárbaros interrogatórios foi condenado a 10 anos de prisão, acusado de ter contactado um militante palestino.

O testemunho de um militante

Tribunal de Haifa, 20-6-1973

Eu, operário comunista membro da Aliança Comunista Revolucionária, estou perfeitamente consciente que é devido às minhas actividades políticas que tudo está a ser feito para que eu seja enviado para a prisão por um longo período. Não é por coincidência que sou acusado de crimes definidos como «atentados à segurança». Desde a formação de Israel que o pretexto de «segurança de Estado» tem servido de máscara conveniente para ocultar perseguições e crimes: porque a segurança é a vaca sagrada e o onnipotente alibi em nome do qual é possível silenciar todos os que protestam contra a ordem vigente.

Sou acusado de contactar com um agente estrangeiro e de esconder «um crime» que o homem com quem falei estava prestes ou

em vias de cometer. Segundo o procurador, era meu dever denunciá-lo para o impedir de prosseguir o seu plano.

(...) Considerar o palestino com quem falei há três anos um agente estrangeiro nada melhor do que isto poderia simbolizar claramente as atitudes do Sionismo face aos palestinos.

É impossível chamar «estrangeiros» aos movimentos de resistência palestinos — nunca aqui, nunca nesta terra. Como o próprio Moshe Dayan reconhece — «o estado de Israel foi estabelecido à custa dos árabes, e no seu país... não viámos para um deserto. Havia aqui um estabelecimento árabe. Estamos a instalar judeus em sítios onde havia árabes. Estamos a transformar uma terra árabe numa terra judaica» (Yediot Aharonot, 10 maio 73).

(...) A atitude do movimento sionista face aos habitantes árabes desta terra é perfeitamente simbolizada através de dois homens

quase anónimos — Gabriel Dahan e Haim Rigvi.

Dayan é uma das pessoas condenadas pelo assassinato de 43 operários em Kafr-Qasem em Outubro de 1956. Foi condenado a 14 anos de prisão mas não permaneceu preso mais do que 3 anos e nas melhores condições. Após ser libertado tornou-se responsável pela secção árabe do Município de Ramle.

Haim Rigvi é um advogado de Telavive de origem judaico-libanesa. Na edição de Inverno 73 de Keshnet, publicou um artigo chamado «O camelo e o árabe» onde prova através duma alegada «análise científica» que os árabes são cruéis por natureza e que não têm escrúpulos; que os árabes são mentirosos, que não sabem amar; e que a origem de todas estas características é a influência do camelo na vida árabe. E este professor de racismo foi o encarregado dos assuntos muçulmanos no Ministério das religiões, nos primeiros anos do seu funcionamento... Desde 1948 que os cidadãos árabes deste país têm sido objecto de opressão policial sob os Re-

gumentos de Defesa (de Emergência) de 1945.

Leis fascistas

Estas e outras leis fascistas são também o fundamento legal em que se baseia o governo israelita quanto aos territórios ocupados em 67 — um fundamento que torna possível um regime de terror, o incêndio das casas, a expropriação da terra, a pulverização das áreas lavradas, a expulsão da população, a proibição de actividade política, a repressão da imprensa, a exploração. Os trabalhadores das áreas conquistadas em 67 representam para os empresários israelitas uma considerável fonte de rendimentos devido aos magros salários que lhes pagam. Milhares de trabalhadores da margem ocidental vêm diariamente ao outro lado da linha verde (fronteira de antes de 67) trabalhar na construção enriquecendo os empresários. Em Gaza a indústria floresce sob a vigilância dum governo militar à custa das populações locais.

...Serão as massas exploradas — judaicas e árabes — que se associarão abraçando um caminho comum em direcção a uma revolução socialista nesta região; porque a sociedade israelita é uma sociedade de classes, uma sociedade onde uma larga massa de trabalhadores sofre de exploração económica e opressão social.

Em qualquer dos sítios onde trabalhei — na Alco, na construção, na Chemical and Phosphates, na Yezikot Hamiphrazt — os operários sabiam pelo menos uma coisa: — trabalhamos como animais, somos vendidos como gado. Cada um de nós fabrica produtos que valem milhares de libras por dia e recebe um salário que mal dá para viver. Pri Hagall acabou o ano com um lucro limpo de 700.000 libras israelitas. Os trabalhadores, muitos deles da aldeia de Hazor, vivem em condições subhumanas e sobrevivem com salários de 450 libras israelitas. No caião local Pri Hagall é chamado Auswich.

Lagos de sangue?

...O governo, cujos porta-vozes e políticos tentam injectar-nos histórias acerca de «fusão de exilados» e «unidade nacional», continua com a sua política de discriminação, concretiza os seus interesses políticos à custa da miséria dos trabalhadores... Para nos anestesarem dizem-nos do nascer ao pôr do sol que nada mais importa, que o principal é que o nosso povo voltou à nossa pátria histórica, que os laços de sangue nos unem, que unem o povo judeu.

Laços de sangue?

Os laços de sangue que existem entre Bejerano (dono de várias fábricas em Israel incluindo a ASSIS, grande suporte do partido trabalhista israelita) e os operários da Assis é o sangue, saúde e suor que os operários e operárias — judeus ou árabes derramam junto das máquinas. Quanto a Bejano, a única diferença entre o sangue judeu e o sangue árabe é que pode comprar o sangue árabe um pouco mais barato. Mas quando os trabalhadores se levantam para defender os seus direitos, a gerência incita os operários judeus contra os operários árabes — exactamente o mesmo

que o estado faz em nome da defesa nacional.

Laços de sangue?

Quando um acidente aconteceu na Ata e um dos operários foi arrastado para dentro da máquina e mortalmente esmagado, era impossível saber se era judeu, se era árabe. A única coisa importante para Moler, dono da Ata — tal como para o sistema era que continuássemos a engolir a mentira nacional de unidade nacional — e que ficássemos calados.

As leis criminosas são feitas com um único objectivo: defender a ordem que assegure a silenciosa exploração e opressão. A delinquência é o fruto da pobreza terrível e de condições de vida inumanas. Os grandes ladrões enriquecem, os que são obrigados a roubar para sobreviver são enviados para a cadeia.

A função da polícia israelita é defender o regime. É enviada contra operários em greve como aconteceu na fábrica Hemet e na Ashbod e em muitos outros sítios; contra manifestações dos habitantes dos bairros pobres como aconteceu tantas vezes em Jerusalém e em Haifa; para esmagar a população árabe...

Uma lavagem do cérebro

(...) O racismo, a ideologia sionista, lavagem do cérebro em dimensões gigantes — auxilia o estado a enganar o povo. A sua volta agrupa ainda muitos operários camponeses de Israel que assim lutam e combatem por interesses alheios contra os seus próprios interesses... «os árabes são bárbaros. Querem-nos aniquilar, portanto temos de os derrotar em primeiro lugar»... tudo isto diz a propaganda oficial para que não lutemos contra o regime racista que nos oprime. Tudo isto para que os judeus oprimidos viam a sua cólera contra os árabes e não contra o regime de exploração.

A hipocrisia do regime

(...) Nós lutamos contra a exploração e a opressão. Trabalhamos para a mobilização das massas trabalhadoras — tanto judaicas como árabes numa luta comum cujo objectivo é uma sociedade sem exploração, por um regime que ponha cobro à opressão e pobreza, que defenda os interesses comuns de todos os oprimidos, árabes e judeus.

Somos acusados de defender o uso da

violência; não há limite para a hipocrisia do regime!

Na Chemical and Phosphates em Haifa, os pulmões dos operários são queimados por gases venenosos dia após dia. O meu tio desfez lá os pulmões. O meu pai comeu esse pó e esses gases durante 20 anos. Eu também já provei esse veneno.

Não será isto violência?

Nas fábricas de têxteis os operários ficam surdos com o barulho das máquinas. Nas fábricas de tintas o sangue fica envenenado. Em todo o lado o trabalho é organizado de modo a extrair o maior lucro possível à custa da saúde e vida dos trabalhadores — não será isto violência em alto grau?

Nos bairros miseráveis, nas cidades pobres e nos subúrbios das grandes cidades a saúde física dos seus habitantes é destruída ano após ano — não será isto violência?

Nas aldeias árabes e nas áreas que foram conquistadas em 67, um regime violento de terror fundado em leis desumanas é operado. Cassetetes, armas, torturas e prisões — não será isto violência?

Quando a polícia israelita assassina a sangue frio nas ruas de Jerusalém e Rehovot, quando dispersa manifestações de habitantes de bairros pobres, quando armada tenta quebrar uma greve operária — não será isto violência?

Quando a polícia secreta prende e espanca até à morte — não será isto violência? Este regime é inteiramente baseado na violência. Ela é indispensável para a sua existência.

Por uma sociedade nova

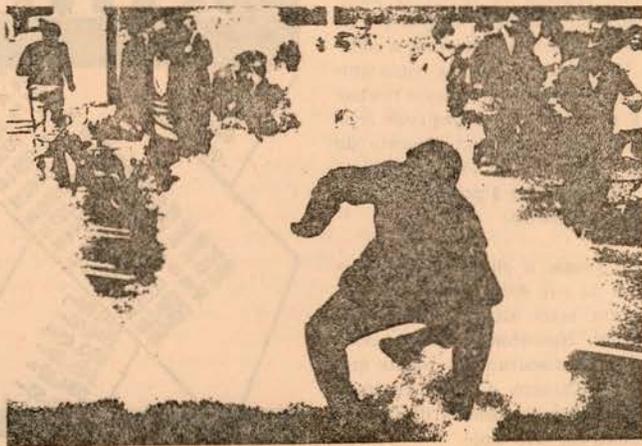
(...) Nós não nos estamos a enganar nem a enganar ninguém; o regime de violência e opressão não vai desaparecer só porque se opõe aos interesses da maioria do povo.

...Estou aqui porque luto contra o regime vigente. O que me conduz e aos meus companheiros são os reais interesses das massas trabalhadoras judaicas e árabes. Embora inocente de parte das acusações fiquem cientes de que nada no mundo me pode impedir a mim e aos meus companheiros de lutar por uma sociedade nova donde desapareça a exploração do homem pelo homem.

(Rami Livneh «Free Palestine» n.º 9 Set. 73)

Introd. e trad. de M. ELISA CAMPINA □

(1) In Luta de classes em Israel — Haim Hanegbi.



Para a história dos povos africanos

(CONCLUSÃO DA PAG. 11)

com excepção das tribos Hotentontes e Khoisan do Sudoeste Africano, pertencem à grande família dos povos que falam a língua Bantu.

Cada um destes povos fala uma língua que é uma ramificação ou um idioma da mesma língua. O Maconde, o Nhanja, o Sena, o Ndau, o Shangana, etc., são idiomas do Bantu.

Mas os Bantu não são só os moçambicanos mas também os tanzanianos, os zambianos, os quenianos, os sul-africanos, os congolezes, os zimbabwianos, os angolanos, etc.

3 — Quem somos nós

Não sabemos dizer ao certo a origem e o significado do nome Moçambique, mas o nome provavelmente veio do nome de um árabe Musa Al Bique, que talvez era sheik ou sultão da ilha de Moçambique, quando os portugueses chegaram lá em 1498. Moçambique é hoje o nome de uma cidade, de uma ilha, de uma província e de um país.

A maioria do povo moçambicano é de origem Bantu. O nome Bantu significa gente ou povo.

Bantu é apenas o nome de grupos de línguas que falamos. Não é nome de uma raça ou tribo. Nós somos da raça negra.

Dissemos que os primeiros habitantes da África Austral, incluindo Moçambique, foram os Khoisan, a quem os europeus erradamente deram o nome de Bochimanes (Bushmen), gente do mato. Passaremos a referir esta raça pelo nome de Khoisan, seu verdadeiro nome. Os Khoisan eram um povo pequeno em número e estatura. Um homem adulto tinha a altura de uma criança de 10 ou 12 anos. Viviam da caça de animais e de pesca e de frutos silvestres. Nunca aprenderam a construir casas. Viviam em cavernas como animais. Caçavam animais com arcos e flechas envenenadas na ponta. Um pequeno ferimento bastava para provocar a morte do animal com veneno. Os Khoisan deslocavam-se de lugar em lugar à procura de caça e água. Eram nómadas.

O segundo grupo a chegar a Moçambique e partes do sul, foram os Hotentontes. Estes eram mais altos e fortes que os Khoisan. Os Hotentontes eram criadores de gado. Confiscaram as terras que pertenciam aos Khoisan e estes fugiram para as terras secas do deserto de Calari, onde se encontram até hoje.

O terceiro e último grupo foi o dos Bantu. Durante o longo percurso da região dos grandes lagos os Bantu tinham que se defender contra os Hamitas e outros povos. Várias vezes os Bantu abandonaram os territórios que ocupavam, fugiram dos novos ataques dos Hamitas e passaram os limites da África equatorial central para se dirigirem uns para o sul e outros para ocidente e oriente. Assim surgiram três grandes ramificações dos povos Bantu a saber:

OS BANTU ORIENTAIS
OS BANTU MERIDIONAIS
OS BANTU OCIDENTAIS

Os povos que constituem o Moçambique de hoje pertencem ao grupo dos Bantu Meridionais.

4 — Os Bantu Meridionais

A migração das tribos Bantu da África Equatorial Oriental para a África Austral, deu-se em três vagas sucessivas.

A primeira vaga trouxe as tribos Macua, Ajaus e outras para as regiões mais meridionais da África Equatorial Oriental, isto é, para a região entre os rios Rovuma e Zambeze.

A segunda vaga trouxe as tribos Ndau e Chona (Machona, Makaranga e outras) através dos territórios dos Macua e Ajau para a região situada entre o Zambeze e o Limpopo. Dentro destas tribos Chona deve salientar-se o papel relevante dos Makaranga que foram os criadores do império de Monomotapa (Mwanamutapa).

A terceira e última vaga trouxe para a África Austral três grupos de tribos, os Bechuanas, os Xosa e os Zulus. Estas tribos atravessaram os territórios ocupados pelas camadas mais antigas e vieram fixar-se: Os Bechuanas para o Sudoeste (Botswana), os Chosa para o Sul (provincia do Cabo), e os Zulus para o Sudoeste (Natal).

por um homem novo
numa sociedade nova

Jc
jornal do centro

Redacção e Administração Apartado 1 Pampilhara

Gross

Ambassador

caixas
registadoras

* EFICIÊNCIA
* RAPIDEZ

PAPELARIA CONDESSA
(SECÇÃO TÉCNICA)



André Gorz:

O trabalho alienado

O trabalho não foi feito idiota porque os operários são idiotas, nem sequer porque tornando-os idiotas se aumenta a eficácia de uma mesma despesa de energia humana. Fez-se o trabalho idiota pura e simplesmente porque era impossível ter confiança nos operários: enquanto dispusessem de uma parcela de poder no trabalho, podiam ameaçar servir-se dele contra os que os exploram.

Até ao fim da última década, a maioria dos marxistas consideravam ainda as forças produtivas — em especial, as ciências e as técnicas — como ideologicamente neutras e o seu desenvolvimento como intrinsecamente positivo. Afirmavam frequentemente que a maturação do capitalismo não fazia mais que produzir a base material sobre a qual se poderia edificar o socialismo, e tanto mais facilmente quanto mais altamente desenvolvidas se encontrassem as forças produtivas do capitalismo. E especialmente, as forças produtivas da técnica, da ciência, da qualificação do trabalho vivo e da abundância do trabalho morto (capital fixo) eram tratadas como trunfos que facilitaríam enormemente a transição para o socialismo.

A maioria dos partidos comunistas europeus defendiam a tese de que as relações de produção capitalistas travavam e sufocavam o desenvolvimento das forças produtivas e de que o socialismo, ultrapassando as superestruturas do estado e das relações sociais capitalistas, poderia libertar de repente um potencial gigantesco, mas até então neutralizado, de expansão e de desenvolvimento económico e social. Os partidos comunistas europeus têm tendência para considerar todas as capacidades de trabalho manuais, técnicas, intelectuais e profissionais como forças que serão preciosas durante o período de transição, e que, por conseguinte, é preciso desde já apoiar os seus interesses específicos, ainda que sejam corporatistas.

Segundo esta posição, a hipótese política de base é a seguinte: a transição para o socialismo far-se-á por meios pacíficos e por etapas, sem alterar profundamente a organização do trabalho, a divisão do trabalho, e as técnicas de produção materiais que as regulam. Pelo contrário, haverá que conservar e reinstalar tudo isto, mas desta feita ao serviço de fins sociais «democráticos». Por outras palavras, o conjunto das profissões, das competências e das capacidades de trabalho que concorrem para a produção capitalista são tidos como «recuperáveis», na

sua articulação e estruturação hierárquicas, por uma sociedade de transição para o socialismo sem qualquer necessidade de rupturas ideológicas, de «revoluções culturais», de conversões profissionais, intelectuais e morais. Tudo o que, do ponto de vista do capital, é produtivo dentro do modo de produção capitalista, é considerado como podendo manter-se produtivo (ou até ainda mais produtivo) durante o período de transição para o socialismo.

Nesta construção, a classe operária passa por ser mais ou menos toda a gente; perde as asperezas e características ideológicas e culturais, passa a englobar toda a hierarquia dentro da fábrica, apresenta-se como uma força da ordem cujo poder político — se algum dia vier a exercer-se em nome dela — será apenas de temer por parte da burguesia monopolista (e do proletariado).

Uma crítica necessária

É pois necessário passar a uma crítica das forças produtivas e do desenvolvimento capitalista. A ideia nem é nova, dado que se trata de mostrar que:

1) O capitalismo desenvolve as forças produtivas de maneira a destruir, dissimular ou negar as potencialidades libertadoras que nelas existem. O desenvolvimento das forças produtivas e das forças destrutivas estão indissociavelmente ligados; o que é produtivo à escala dos capitais particulares pode ser destrutivo à escala da economia (do capital) no seu conjunto e, sobretudo, destrutivo das possibilidades de ultrapassagem do capitalismo, que esse mesmo desenvolvimento traz dentro de si.

2) Uma parte crescente das forças de trabalho postas em aplicação pelo capitalismo realiza trabalhos improdutivos ou até meramente parasitários. Estas tarefas requerem capacidades (ou «qualificações», «competências») e conferem um estatuto social

A defesa dos interesses profissionais imediatos dos trabalhadores científicos e técnicos do capitalismo, a defesa do seu direito incondicional a empregos onde empreguem as suas competências actuais, deriva pois de uma linha política conservadora e não incita a qualquer forma de politização em profundidade. A

radicalização política dos trabalhadores científicos e técnicos passa, pelo contrário, pelo desafiar e o recusar as orientações e os conteúdos de tais actividades profissionais, pelo pôr em dúvida as suas próprias «competências», e daí, a ideologia capitalista que impregna as ciências e as técnicas.

que deveria desaparecer com o sistema capitalista mas que, embora continuando a manifestar a sua irracionalidade, lhe vem assegurando uma base social (nomeadamente com as novas camadas médias e parasitárias) bastante vasta.

3) Em resumo, o desenvolvimento capitalista tem lugar de uma forma que permita conter e disfarçar a contradição entre forças produtivas e relações de produção, em vez de as explicitar espontaneamente: as forças produtivas e as capacidades de trabalho esterilizadas mantêm-se submetidas à lógica do sistema e funcionais em relação a ele, e isto por causa da própria deformação que o sistema lhes imprime. Deste modo, a crítica de tal deformação não pode ser levada a cabo de dentro do sistema nem do ponto de vista das capacidades de trabalho e das forças produtivas existentes, mas simplesmente do ponto de vista do para além do sistema, da superação possível que vem amadurecendo nos factos do dia-a-dia como uma virtualidade continuamente enterrada e negada. Daí a necessidade da ruptura e da subversão ideológicas, da luta frontal contra as manifestações, a todos os níveis, da ideologia capitalista.

Poderá pois demonstrar-se e como o sugeriu concretamente a revolução cultural chinesa que ciências e técnicas de produção trazem consigo a marca dos relações de produção e da divisão de trabalho capitalista na sua orientação, fragmentação, especialização, prática e mesmo linguagem? E, caso seja possível, há pois que concluir que qualquer tentativa para revolucionar as relações de produção exige uma mudança radical e simultânea dos meios e técnicas de produção (e não apenas dos seus fins): visto que a conservação de tais meios e técnicas faria renascer as velhas relações de produção através da divisão capitalista de trabalho.

E haveria igualmente que concluir que os trabalhadores da ciência e da técnica têm, dentro das suas funções tecnico-científicas, a função de reproduzir as condições e as formas de dominação do capital sobre o trabalho.

acelerar a rotação do capital circulante; de produzir uma quantidade de mercadorias com uma quantidade reduzida de trabalho social.

Conservando embora uma importância decisiva, as inovações centradas sobre o processo de produção passaram a desenvolver-se relativamente mais devagar, desde os anos 50, do que as inovações respeitantes à substância, ao estilo e à apresentação dos produtos de consumo. Em vez de produzir mercadorias que evoluem por vezes mais lentamente que os seus processos de produção, a indústria mostra hoje tendência para produzir mercadorias que evoluem mais rapidamente que os próprios processos de produção.

Desta forma, num mercado ameaçado de saturação, uma parte crescente de esforço de inovação passa a centrar-se sobre os próprios produtos (e não mais principalmente sobre o processo de produção deles). A inovação das técnicas de produção mantém-se «au ralenti» a partir da primeira etapa da automação, e a concorrência monopolista passa a exercer-se pelo lançamento de produtos novos e não mais pelo crescimento das forças e das capacidades produtivas.

Criar novas ocasiões de investimento rentável

A investigação técnico-científica tem então por função cada vez mais importante a de acelerar a obsolescência e a «usura moral» dos produtos, a sua substituição por produtos novos, de maneira a acelerar a rotação do capital e a criar novas ocasiões de investimento rentável para a massa crescente dos lucros. Resumindo: a função principal da investigação e da inovação é de contrabalançar a tendência para a baixa da taxa de lucro e de criar novas oportunidades de investimentos rentáveis.

Produzir novos tipos de pobreza

Como consequência, nos Estados Unidos, e já tendencialmente, na Europa ocidental, a produção monopolista cresce muito mais rapidamente «em valor» que em quantidades físicas. A expansão monopolista é sustentada, não tanto pela produção de um volume crescente de mercadorias, como pela substituição de produtos relativamente simples por produtos mais elaborados e mais custosos cujo valor de uso para os particulares não é necessariamente maior: pode mesmo diminuir. Claro está que este tipo de crescimento é incapaz de eliminar a pobreza e de assegurar a satisfação das necessidades colectivas, sociais e culturais. Antes produz novos tipos de pobreza, devidos à destruição do meio ambiente, à deterioração da vida urbana, às carências agudas de alojamento, equipamentos hospitalares, transportes colectivos, higiene pública, etc., etc.

Quer isto dizer, uma parte apreciável das forças produtivas desencadeadas pelo modo de produção capitalista, e muito em especial, uma parte considerável dos conhecimentos, das competências e da investigação científica e técnica não são «produtivas» e funcionais senão em relação às orientações e às prioridades particulares do crescimento monopolista. Uma grande parte deste pessoal científico e técnico e uma boa parte destas investigações seriam de pouca ou nenhuma utilidade numa sociedade onde a prioridade fosse de satisfazer as necessidades sociais e culturais das massas. Por outro lado, esta nova sociedade teria de lutar com a falta de conhecimentos em matéria de

Inovações para quê?

Para introduzir o exame destas questões, limitemo-nos de momento a uma só: qual é a função e o fim da aceleração da inovação tecnológica, aceleração que exige uma proporção crescente de trabalhadores científicos e técnicos ocupando-se de investigação e desenvolvimento (R&I) dentro da indústria ou por conta da indústria?

A verdade é que o desenvolvimento das ciências se tornou cada vez mais desequilibrado. As ciências susceptíveis de serem «capitalizadas» e «valorizadas» no processo de produção desenvolveram-se muito mais depressa que aquelas que estão ligadas, por exemplo, à saúde e à higiene públicas, à transmissão de conhecimentos, à optimização das condições de trabalho e do quadro da vida, etc.

Até ao início da segunda guerra mundial, o objectivo de longe dominante na investigação e na inovação técnico-científicas era o de contrabalançar a baixa tendencial das taxas de lucro através de uma redução dos custos de produção. A inovação fazia-se principalmente ao nível do processo de produção, pela introdução de práticas e de máquinas capazes de aumentar a produtividade do trabalho vivo, isto é, de substituir o trabalho vivo (capital variável) pelo trabalho morto (capital fixo); de

melhoria da qualidade da vida, de colocação da ciência ao alcance do povo, da redução da fadiga e dos desgastes físico e nervoso provocado, pelo trabalho industrial.

Uma linha política conservadora

A defesa dos interesses profissionais imediatos dos trabalhadores científicos e técnicos do capitalismo, a defesa do seu direito incondicional a empregos onde empreguem as suas competências actuais, deriva pois de uma linha política conservadora e não incita a qualquer forma de politização em profundidade. A radicalização política dos trabalhadores científicos e técnicos passa, pelo contrário, pelo desafiar e o recusar as orientações e os métodos de tais actividades profissionais, pelo pôr em dúvida as suas próprias «competências», e daí, a ideologia capitalista que impregna as ciências e as técnicas.

As ciências, tal como as técnicas, não são pois independentes da ideologia dominante, nem contra elas se encontram imunes. Subordinadas e integradas no processo de produção, por ele solicitadas, ostentam — na sua qualidade de forças produtivas — o selo das relações de produção capitalistas. Diga-se que esta integração nunca é completa. E nunca é completa porque a actividade científica, o trabalho que consiste em produzir conhecimentos, tem como qualquer outro trabalho — uma parte ineditável de autonomia que é o próprio trabalhador enquanto praxis soberana. A ciência pode ser colocada ao serviço de fins predefinidos, pode ser desenvolvida numa dada direcção e em detrimento de outras, pode ser levada a responder exclusivamente a perguntas feitas pelo estado e pela ideologia burguesa. Mas já não é possível impedir os trabalhadores da ciência de se colocarem e de encontrar perguntas diferentes daquelas que lhes cabe por função responder, ou até de encontrarem soluções possíveis a perguntas que a burguesia não lhes pôs (nem se pôe).

Os objectivos da fragmentação

Esta crítica é, porém, objectivamente difícil: tudo se passa como se a burguesia tivesse pressentido os perigos e tivesse organizado tudo de aneira a afastar essa possibilidade por uma impregnação ideológica do ensino científico e técnico. Com efeito, os conhecimentos científicos e técnicos não se encontram apenas desligados, em grande medida, das necessidades e da vida das massas; estão igualmente esquarterados por especialidades estreitas e desligadas da «cultura geral» e da linguagem de toda a gente por um dado esoterismo que os torna dificilmente comunicáveis aos não-especialistas. Esta fragmentação das «sub-culturas» técnico-científicas é mais uma consequência da divisão capitalista do trabalho; mas é ao mesmo tempo a condição da perpetuação desta: restringindo o saber e o poder dos trabalhadores técnico-científicos a um domínio estreitamente delimitado, fazendo deles o que os alemães chamam «Fachidioten»; tal fragmentação encerra-os num saber parcial destinado a dar soluções técnicas a problemas formulados em termos técnicos; impede-os de situar a sua especialização dentro de uma perspectiva de conjunto e de ultrapassar na direcção de uma cultura técnico-científica capaz de contestar a falsa universalidade da ideologia burguesa através de uma universalidade concreta. Daí o facto bem significativo de a produção da ciência e da técnica, que é de longe a actividade intelectual mais espalhada nas sociedades capitalistas evoluídas, ser ao mesmo tempo estéril do ponto de vista do desenvolvimento de uma cultura popular (isto é de uma cultura pertencendo realmente às massas populares); e daí igualmente o facto de as ideologias técnico-científicas não passarem de disfarces da ideologia burguesa.

Divisão capitalista do trabalho

A cultura e as competências científicas e técnicas trazem pois claramente a marca das relações de produção capitalistas (autonomização e alienação dos meios de produção enquanto «potências estrangeiras») e da divisão capitalista do trabalho que separa os trabalhos intelectuais e manuais, combina em exterioridade os trabalhos que concorrem à produção do «produto comum», nega aos trabalhadores parciais qualquer possibilidade de cooperação voluntária, de compreensão e de auto-determi-



A divisão capitalista do trabalho, com a separação trabalho manual-trabalho intelectual, trabalho de execução e trabalho de decisão, produção e gestão, é tanto uma técnica de dominação como uma técnica de produção. Afirma-se que a dominação é necessária para maximizar a produção. É falso. A dominação é necessária para maximizar a exploração, isto é, para fazer servir o máximo possível de trabalho fins que não são os do trabalhador mas sim os do capital.

nação do processo de trabalho e dos seus fins, separa a decisão e a concepção da execução, a capacidade de produzir conhecimentos da capacidade de determinar o uso que será feito desses conhecimentos.

Mas, por mais legítimo que possa parecer alinhar os trabalhadores científicos e técnicos da indústria na categoria dos trabalhadores produtivos, explorados e alienados, continua a ser difícil considerá-los, sem mais, como parte integrante da classe operária. Com efeito, por muito que se diga que a ciência e as técnicas que vão produzindo lhes estão alienadas, incorporadas ao capital e os obrigam depois a servi-las como a uma «potência estrangeira», o que é verdade é que essas mesmas ciências e técnicas se voltam igualmente contra os operários enquanto meios de exploração e de extorsão de sobre-trabalho. Por outras palavras, se trabalhadores técnico-científicos e operários se encontram situados do mesmo modo vis-a-vis do capital, não estão porém situados do mesmo modo em relação uns aos outros: enquanto trabalho técnico-científico e trabalho operário forem efectuados paralelamente mas separadamente, será um facto que os trabalhadores técnico-científicos produzirão meios de exploração e de opressão dos operários e aparecerão aos olhos destes como agentes do capital, enquanto por outro lado os operários não produzem os meios de exploração dos trabalhadores técnico-científicos.

A relação entre uns e outros, nos locais onde é directa, não é pois uma relação de reciprocidade: é uma relação hierárquica.

Separação entre trabalho manual e trabalho intelectual

Nas indústrias de mão-de-obra, a função dos trabalhadores técnico-científicos é ao mesmo tempo técnica e ideológica. Não estão unicamente encarregados de planear o processo de trabalho, de o organizar e de vigiar a conformidade dos produtos parciais às normas técnicas pré-estabelecidas. Têm igualmente como função perpetuar a estrutura hierárquica da empresa e reproduzir as relações capitalistas: quer isto dizer, perpetuar a separação (a alienação) dos produtores em relação ao produto «comum» e ao processo de trabalho.

As mais das vezes, este segundo aspecto da sua função tem muito mais importância que o primeiro. Este facto, porém, só raras vezes atraiu as atenções nas sociedades capitalistas. Foi sobretudo após a revolução cultural chinesa que militantes «ocidentais» o procuraram colocar em destaque. Até então, tinha-se considerado por toda a parte que a divisão, a especialização e a separação de tarefas eram exigidas, não pela divisão capi-



talista do trabalho, mas por imperativos técnicos da produção de série em grandes complexos mecanizados. A parcelização, a repetitividade das tarefas, eram atribuídas à preocupação de racionalizar a divisão técnica do trabalho. E era esta última que parecia requerer que as parcelas de trabalho repetitivo e não qualificado fossem programadas, vigiadas, cronometradas e coordenadas por técnicos responsáveis do todo ou parte do produto final complexo, do todo ou parte do processo de trabalho. Estes técnicos deviam possuir ao mesmo tempo conhecimentos e habilitações mais elevadas e uma autoridade hierárquica.

Mas, olhando de mais perto, a pergunta mantém-se de pé. Porquê deve o trabalho ser dividido em ínfimas parcelas? Porque é que as tarefas estreitamente especializadas devem ser executadas separadamente? Eis a explicação habitual: 1) A especialização estreita requer menos habilidade e um período de formação mais curto; 2) A repetitividade do trabalho permite ao operário trabalhar mais depressa e, por conseguinte, aumentar o rendimento. Isto é, graças à parcelização do trabalho, cada operário individual e o «trabalhador colectivo» no seu conjunto tornar-se-iam mais produtivos.

Obter o máximo de poder

Tais explicações, aparentemente objectivas, possuem apenas um alcance limitado: são válidas dentro do quadro da exploração capitalista do trabalho alienado; e mesmo nesse quadro, nem sempre são verdadeiras. A verdade é que as técnicas extensivas de produção não foram a causa da divisão parcelar do trabalho. Como mostra o economista americano, Stephen Marglin («What do bosses do? The origins, functions of hierarchy in capitalist production», Harvard University), o que se deu foi precisamente o contrário: desde a partida, os patrões capitalistas procuraram obter o máximo de poder e de controlo sobre o trabalho assalariado; o processo de trabalho foi organizado com tal intuito, e as técnicas de produção foram então determinadas e modeladas «à medida».

O estudo «científico» dos tempos de trabalho e dos postos só pode aplicar-se, evidentemente, a tarefas simplificadas ao extremo, onde as «aleas humanas» tenham sido eliminadas: há que tornar os gestos do operário tão mecânicos como os movimentos do mecanismo de que é servo. Se a tarefa se mantivesse complexa, requeresse iniciativa, reflexão e inteligência, o operário poderia assim conservar o poder de determinar por si mesmo, dentro de dados limites, a sua maneira de trabalhar, a velocidade dos seus gestos e a intensidade do seu esforço. Nunca utilizaria o máximo de energia de que é capaz. Escolheria uma «velocidade cruzada», inventaria vários «truques» e atalhos. Não se pode estar certo de que produziria menos, mas o que é seguro é que desta forma o patrão não possuiria qualquer meio de saber se o operário estava ou não a dar o máximo de trabalho de que é capaz, e não poderia forçá-lo a fornecer durante todo o ano uma mesma quantidade de trabalho.

O trabalho idiota

Compreende-se assim como a parcelização infinitesimal das tarefas não é a consequência de uma tecnologia que teria evoluído segundo leis próprias, independentes do contexto político e social. É a consequência de uma tecnologia concebida para servir de arma na luta de classes: para possibilitar a predeterminação «científica» da quantidade de trabalho a fornecer por cada operário; para impedir o operário de «roubar» ao patrão o tempo de fumar um cigarro, ler o jornal, desentorpecer as

pernas. O trabalho não foi feito idiota porque os operários são idiotas, nem sequer porque tornando-os idiotas se aumenta a eficácia de uma mesma despesa de energia humana. Fez-se o trabalho idiota pura e simplesmente porque era impossível ter confiança nos operários: enquanto dispusessem de uma parcela de poder no trabalho, podiam ameaçar servir-se dele contra os que os exploram. A organização científica do trabalho é, antes de mais, a destruição científica de qualquer possibilidade de controlo operário.

Técnica de dominação e de produção

Em suma, a divisão capitalista do trabalho, com a separação trabalho manual-trabalho intelectual, trabalho de execução e trabalho de decisão, produção e gestão, é tanto uma técnica de dominação como uma técnica de produção. Afirma-se que a dominação é necessária para maximizar a produção. É falso. A dominação é necessária para maximizar a exploração, isto é, para fazer servir o máximo possível de trabalho fins que não são os do trabalhador mas sim os do capital. E a finalidade do capital é o seu próprio crescimento. Para atingir, há que separar os produtores dos seus produtos, dos meios de produção, do próprio trabalho que lhes é então imposto como quantidade exterior, pré-estabelecida, selada nas exigências inertes do processo de trabalho. E daí o círculo vicioso:

1) Dado que a finalidade da produção não é a satisfação das necessidades dos trabalhadores, mas a extorsão do máximo de sobre-trabalho, a produção capitalista não pode ter confiança na vontade de trabalhar por parte dos trabalhadores;

2) Quanto menos confiança os funcionários do capital têm na vontade de trabalhar por parte dos trabalhadores, mais o trabalho se tem de tornar forçado, idiota e predeterminado do exterior;

3) Quanto mais forçado, idiota e predeterminado do exterior, o trabalho se torna, menos confiança podem ter os funcionários do capital na vontade de trabalhar dos trabalhadores.

Desta forma, visto as relações de trabalho se estabeleceram num fundo de relações antagónicas de classe, a organização hierárquica e o controlo do trabalho aparecem sempre ao capital como condições de toda a produção e como fim em si mesmos. Passam a estar incorporados nos métodos e até nos instrumentos de produção e aparecem em seguida como «necessidades técnicas» do processo de produção.

É por isso que todos aqueles que, a coberto das suas habilitações técnicas, são chamados a vigiar o bom decurso da produção, trabalham de facto para a perpetuação da divisão hierárquica do trabalho e das relações de produção capitalistas. Isto é válido para os técnicos subalternos (cronometristas, verificadores, etc.) como é válido para os engenheiros, técnicos, superiores e outros quadros investidos em funções de comando e de controlo. A função deles, nas indústrias de mão de obra, é de garantir a subordinação do trabalho vivo aos processos mecânicos (trabalho morto), por conseguinte, ao capital.

O papel dos técnicos

Estes quadros representam no local de produção os únicos detentores da qualificação técnica e intelectual exigidas pelo processo de trabalho. Monopolizam tal qualificação, e proibem-na desta forma aos operários. São os agentes da desqualificação e da opressão do trabalho manual reduzido à condição de ser meramente manual. Aos olhos dos operários representam o conjunto dos conhecimentos e do saber técnico de que foram privados, representam a separação entre trabalho intelectual e manual, entre concepção e execução. Gozam, por outro lado, de importantes privilégios financeiros, sociais e culturais. São o mais imediato inimigo dos operários. No campo da construção mecânica, cada técnico recrutado pode representar a desqualificação de 10 a 20 operários profissionais em O.S. [Em França a categoria dos operários menos qualificados].

ANDRÉ GORZ □

(Adaptação de ALBERTO MELO)

2.ª PARTE NO PRÓXIMO NÚMERO